

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

DIRETORIA DE PESQUISAS

n.59

CLASSIFICAÇÕES PARA FINS DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS

SUBSÍDIOS PARA UM PROJETO DE ESTUDO,
APRIMORAMENTO E DOCUMENTAÇÃO

Marcia Maria Melo Quintslr

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
David Wu Tai

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastro e Classificações
Francisco de Souza Marta

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastro e Classificações

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
número 59

**Classificações para fins de estatísticas sociais:
subsídios para um projeto de estudo,
aprimoramento e documentação**

Marcia Maria Melo QuintsIr

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X
Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4523-3

© IBGE. 2020

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2020.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Quintslr, Marcia Maria Melo

Classificações para fins de estatísticas sociais : subsídios para um projeto de estudo, aprimoramento e documentação / Marcia Maria Melo Quintslr. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

92p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X, n. 59)

Bibliografia: p. 73-75.

ISBN 978-85-240-4523-3

1. Estatística. 2. Indicadores sociais. 3. Classificação. I. IBGE. Coordenação de Cadastro e Classificações. II. Título. III. Série.

CDU 311.13

SOC

QUADROS

Quadro 1: Inventário da Família Internacional de Classificações, 1999, <i>Expert Group</i>	23
Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018	30
Quadro 3: ISCO 2008: Grupos e subgrupos principais	41
Quadro 4: <i>International Classification of Status in Employment according to type of authority</i> (ICSE-18-A)	48
Quadro 5: <i>International Classification of Status in Employment according to type of economic risk</i> (ICSE-18-R)	48
Quadro 6: <i>International Classification of Status at Work</i> (ICSaW-18)	49
Quadro 7: Níveis da ISCEP-P e ISCED-A	55
Quadro 8: Grandes categorias da ISCED-F	55
Quadro 9: Categorias de cursos frequentados - Censo 2010	56
Quadro 10: Categorias de níveis de instrução - Censo 2010	56
Quadro 11: Categorias principais ICSS - (nível 1)	59
Quadro 12: Divisões principais da ICATUS-2016	65

SIGLAS

ABS	<i>Australian Bureau of Statistics</i> (Escritório Australiano de Estatísticas)
BEC	<i>Classification of Big Economic Categories</i> (Classificação de Grandes Categorias Econômicas)
BO	Boletim de Ocorrência
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCPCJ	Comissão sobre Prevenção de Crime e Justiça Criminal das Nações Unidas
CEA	Conferência de Estatísticas das Américas e Caribe
COCAD	Coordenação de Cadastro e Classificações
CENU	Comissão de Estatísticas das Nações Unidas
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CES	Comitê de Estatísticas Sociais
CIE	Classificação de Informações Estatísticas
CIET	Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
COD	Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares
COFOG	<i>Classification of the Functions of Government</i> (Classificação das Funções de Governo)
COICOP	<i>Classification of Individual Consumption According Purpose</i> (Classificação de Consumo Individual por Finalidade)
COINPOL	Corregedoria Interna da Polícia Civil
CONCLA	Comissão Nacional de Classificações
COPNI	<i>Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households</i> (Classificação de Finalidades de Instituições sem fins de lucro em atendimento a domicílios)
COPP	<i>Classification of the Outlays of Producers by Purpose</i> (Classificação de gastos de Produtores por Finalidade)
CPC	<i>Central Product Classification</i> (Classificação Central de Produtos)
CSA	<i>Classification of Statistical Activities</i>
DENU	Divisão de Estatísticas das Nações Unidas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPE	Diretoria de Pesquisas
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAOSTAT	Programa Estatístico da FAO
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
ICATUS	<i>International Classification of Activities on Time Use Surveys</i> (Classificação Internacional de Atividades para Pesquisas de Uso do Tempo)
ICCS	<i>International Classification of Crime Statistics</i> (Classificação Internacional de Crimes para Fins Estatísticos)
ICD	<i>International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems</i> (Classificação Internacional de Doenças)
ICHI	<i>International Classification of Health Interventions</i> (Classificação Internacional de Intervenções em Saúde)
ICIDH	<i>International Classification of Impairments, Disabilities and Handcaps</i>
ICSE	<i>International Classification of Status in Employment</i> (Classificação Internacional de Posição na Ocupação)
ICSaW-18	<i>International Classification of Status at Work</i>
ICSE-18-A	<i>International Classification of Status in Employment according to type of authority</i>
ICSE-18-R	<i>International Classification of Status in Employment according to type of economic risk</i>
INE-Chile	Instituto Nacional de Estadísticas - Chile
INEGI	<i>Instituto Nacional de Estadística y Geografía, México</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Infoplan	3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais
INSEE	<i>Institut National de la Statistique et des études économiques, France</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISCED	<i>International Standard Classification of Education</i> (Classificação Internacional Padrão de Educação)
ISCED-A	ISCED referente ao nível de escolaridade (<i>attainment</i>) alcançado
ISCED-F	ISCED referente aos campos (<i>fields</i>) temáticos dos cursos ou programas
ISCED-P	ISCED referente ao programa (<i>program</i>)
ISCO	<i>International Standard Classification of Occupations</i> (Classificação Internacional Uniforme de Ocupações)
ISIC	<i>International Standard Industries Classification</i> (Classificação Internacional Uniforme de Atividades Econômicas)
ISKO	<i>International Society of Knowledge Organization</i> (Sociedade Internacional de Organização do Conhecimento)

ISP-RJ	Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego ¹
OC	Organização do Conhecimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCERP	Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RO	Registro de Ocorrência
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
UIS	UNESCO <i>Institut of Statistics</i> (UNESCO Instituto de Estatísticas)
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
UNECE	<i>United Nations Economic Commission for Europe</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WHO-FIC	<i>WHO Family of International Classifications</i>

¹ O Ministério do Trabalho e Emprego será assim referido no presente documento, em que pese as distintas denominações que assumiu no período de estudo. A decisão foi por adotar o nome de maior tempo de permanência. Essa denominação vigorou a partir de 1999. Em 2015 passou ao nome Ministério do Trabalho e Previdência Social e em 2016, Ministério do Trabalho. Detalhes disponíveis em

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_do_Trabalho_\(Brasil\)#Denomina%C3%A7%C3%B5es_oficiais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_do_Trabalho_(Brasil)#Denomina%C3%A7%C3%B5es_oficiais).

Em 01 de janeiro de 2019 o Ministério foi extinto, com atribuições sendo distribuídas entre três diferentes ministérios: Cidadania, Economia e Justiça. Há indícios de que as atividades atinentes a registros administrativos, estatísticas e classificações sejam alocadas no Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que respondeu pela divulgação dos resultados do CAGED de janeiro de 2019.

Apresentação

No âmbito da Coordenação de Cadastro e Classificações da Diretoria de Pesquisas, COCAD/DPE, diante de seu papel orientador no que diz respeito às classificações estatísticas, foi elaborado o presente documento.

O texto contém compilação e debate sobre as classificações estatísticas para fins de estatísticas sociais utilizadas nos Censos e pesquisas realizados pelo IBGE, bem como sobre aquelas identificadas nas Sessões da Comissão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas, desde 2000 a 2018, como relevantes para os temas sociais.

É observada abordagem teórica sobre as classificações e a Organização do Conhecimento. São focalizadas as recomendações referentes a boas práticas em classificações. Estas últimas são preconizadas em relação à Família Internacional de Classificações Estatísticas e estão inseridas nas atividades do *Expert Group on International Statistical Classification*.

O objetivo do conteúdo apresentado é estimular o debate e a consolidação de programa de trabalho, envolvendo a COCAD e as áreas temáticas do domínio das estatísticas sociais da Diretoria de Pesquisas, para o estudo, aprimoramento e documentação das classificações para fins de estatísticas sociais.

Francisco de Souza Marta
Coordenação de Cadastro e Classificações

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
I. Classificações: aspectos históricos e reflexões fundamentadas no campo da Organização do Conhecimento.....	14
O ato de classificar.....	15
Dimensões epistemológica, aplicada e sociopolítica da OC.....	17
II. Classificações para fins de estatísticas sociais: fundamentos e desenvolvimento no âmbito das instâncias estatísticas da Organização das Nações Unidas	21
Preâmbulo e Família Internacional de Classificações Econômicas e Sociais (1999): aspectos relevantes	22
Classificações Estatísticas de Referência – Princípios Básicos (1999): tópicos selecionados	23
Manual de Boas Práticas para o Desenvolvimento de Classificações Estatísticas Internacionais (2013): tópicos selecionados	26
Panorama das sessões anuais da CENU no período 2000 - 2018: classificações para fins de estatísticas sociais	29
III. Classificações da Família Internacional e outras para fins de estatísticas sociais: características gerais e estado da arte	39
Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (<i>International Standard Classification of Occupations - ISCO</i>)	39
Classificação Internacional de Categorias de Posição na Ocupação (<i>International Classification on Status on Employment - ICSE</i>)	44
Classificação de Educação – cursos, nível de instrução e campos dos cursos (<i>International Standard Classification of Education - ISCED</i>)	52
Classificação de Crimes para fins estatísticos (<i>International Standard Classification on Crimes for statistical purposes - ICCS</i>)	58
Classificação de atividades para pesquisas de Uso do Tempo (<i>International Classification of Activities on Time Use Statistics - ICATUS</i>)	63
Outras classificações para fins de estatísticas sociais.....	66
Classificações sob a custódia da Organização Mundial de Saúde.....	66
Outras classificações adotadas pelo IBGE.....	67
IV. Projeto estudo, aprimoramento e documentação das classificações para fins de estatísticas sociais no IBGE.....	71
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE	76
AGRADECIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES	92

Introdução

Em sociedades democráticas as estatísticas oficiais servem à proposição, execução e avaliação de políticas públicas, subsidiam usuários do setor privado em suas escolhas de cunho corporativo e fundamentam decisões de natureza particular. Dão suporte ao desenvolvimento de projetos diversos, assim como a estudos e pesquisas sobre a vida em sociedade, contribuindo para sua compreensão. Propiciam elementos para o exercício da cidadania. Especialmente, com o aprofundamento do processo de globalização, servem, também, a comparação entre as realidades dos países. Atendem, ainda, à demanda da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do planeta, com vistas ao monitoramento dos objetivos e metas, delineados na agenda para a melhoria geral das condições de vida no globo terrestre. Tais objetivos e metas abrangem os campos social, econômico e ambiental.

As boas práticas no processo de produção e uso das estatísticas oficiais tomam como referência os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, aprovados em 1994 pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) que os ratificaram em 2013. No ano seguinte os Princípios foram, também, objeto de adesão pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O desenvolvimento, manutenção e utilização das Classificações para fins estatísticos, que integram a infraestrutura da produção de informações estatísticas oficiais, se associam, de forma mais direta, aos princípios referentes: à precisão no que diz respeito à adoção de padrões estatísticos sólidos; à coordenação entre produtores nacionais de bases de dados com potencial para uso estatístico e; à comparabilidade nacional e internacional das estatísticas produzidas e publicadas.

O presente documento focaliza as classificações para fins das estatísticas sociais que abrangem temas como educação, trabalho, saúde, religião, uso do tempo e características demográficas das pessoas, a exemplo do sexo e cor ou raça, e de localização da população, sendo este o caso, inclusive, da situação dos domicílios, se urbana ou rural.

O texto está organizado em quatro partes, que podem ser lidas em sequência ou de forma independente. Atendem aos seguintes objetivos: a compreensão das dimensões teórica, conceitual e sociopolítica do ato de classificar; o registro de aspectos da governança e do uso e desenvolvimento das classificações estatísticas, nacional e internacionalmente; a apresentação de características das classificações para fins de estatísticas sociais segundo temas; a utilização do texto como instrumento de consulta, como indicação de referências para aprofundamento temático de interesse; o delineamento do projeto para estudo, atualização e documentação das

classificações estatísticas correspondentes aos temas sociais nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outros produtores de informações no País.

A seção inicial tem por objetivo ratificar a essencialidade e imanência do ato de classificar para a vida em sociedade. Contém abordagem teórica e conceitual, baseada em revisão de literatura da área de Organização de Conhecimento (OC), campo em que as classificações, para além do seu uso estatístico, se inserem como um dos tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). O desenvolvimento, aplicações, quadro conceitual e estudos desses SOC, bem como os seus impactos de ordem social, cultural ou política, são os objetos de investigação da OC.

São apresentados elementos filosóficos, epistemológicos e práticos relacionados, prioritariamente, com o impacto social das escolhas feitas quando da representação ou da organização de determinado domínio do conhecimento. Exemplos atinentes às classificações para fins estatísticos são conectados a esta abordagem conceitual.

Este conteúdo conceitual corresponde a uma complementação ao esforço prévio realizado por Campos (2008), uma vez que os estudos e pesquisas em Organização do Conhecimento têm mostrado dinamismo, apresentando evolução coerente com a consolidação do cenário informacional global, além de outros cenários típicos da atualidade, que afetam e são constituídos por ações de geração, compilação, organização, representação, divulgação e uso de informações e de geração de conhecimento.

Na segunda parte do presente texto é apresentado o resultado da análise de documentos internacionais de referência sobre as classificações para uso estatístico, que são gerenciados e orientados pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU) e pelo *Expert Group on International Statistical Classifications* (na forma curta *Expert Group*), criado e ratificado no âmbito da CENU. Os documentos apresentam as características inerentes às classificações para fins estatísticos e as boas práticas para o desenvolvimento, manutenção e governança de tais classificações. É neste âmbito que se consolida a Família Internacional de Classificações Estatísticas.

O trabalho realizado consistiu em destacar elementos centrais dos textos mencionados, constituindo-se em conteúdo que se espera útil, especialmente para os primeiros contatos com o tema e para estimular a investigação de maior profundidade, se pertinente ou desejada.

Outra exploração documental, apresentada na segunda seção do texto, resulta no histórico das sessões da CENU no período 2000 a 2018, no que diz respeito às classificações, com foco nas temáticas sociais. Esta cronologia fornece um panorama do desenvolvimento,

revisão e manutenção das diferentes classificações abordadas, debatidas ou ratificadas para adoção internacional nas sessões da Comissão.

A terceira seção do documento apresenta os objetivos das classificações para fins de estatísticas sociais pertencentes à Família Internacional de Classificações Estatísticas, indicando, para cada classificação, o atual estado da arte em termos de seu desenvolvimento, implantação ou revisão, assim como o estágio de aplicação ou de intenção de uso no Brasil. Adicionalmente são descritas e comentadas outras classificações utilizadas pelo IBGE, nos Censos e pesquisas estatísticas por amostragem.

Finalmente é apresentada proposta para debate do projeto para o estudo, desenvolvimento, atualização e documentação das classificações para fins de estatísticas sociais no IBGE. A mencionada atualização pode corresponder a ações de manutenção, revisão, implantação ou governança, em acordo com o que se identifique como pertinente.

Compreende-se que no contexto do projeto proposto compete à COCAD a orientação geral e a atuação conjunta com as diversas áreas do IBGE responsáveis pelos domínios temáticos das diversas classificações.

Adicionalmente, é apontada a possibilidade, para avaliação de sua pertinência, do envolvimento de duas instâncias de governança das estatísticas nacionais, a Comissão Nacional de Classificações (CONCLA) e o Comitê de Estatísticas Sociais (CES). Afinal, as classificações possuem aplicação para além do IBGE, a exemplo da utilização em registros administrativos desenvolvidos com vistas a execução e monitoramento de políticas públicas. Alguns desses registros atendem também à finalidade de uso estatístico.

I. Classificações: aspectos históricos e reflexões fundamentadas no campo da Organização do Conhecimento

O ato de classificar é inerente à existência humana para compreender ou organizar a realidade que a cerca e tem sido objeto de estudo, tendo em vista sua intensa aplicação e consequências culturais e sociopolíticas, tanto como reflexo do entendimento comum como no âmbito de outros tipos de conhecimento, a exemplo do religioso, artístico e científico. Sobre este último está o foco do conteúdo aqui explorado, contexto científico este que inspirou a expressão que foi empregada por Zedler, em 1733, no *Universal Lexicon*, como registrado em Campos (2008).

O termo classificar foi cunhado por Zedler, a partir da combinação das palavras latinas *classis* e *facere*, passando a ser empregado para a ordenação das ciências no fim do século XVIII (Dahlberg apud Piedade, 1977, p. 9). Entretanto sabemos que, embora usando tecnologia mais simples, os problemas enfrentados no passado eram tão intrincados como são os atuais. Afinal, naquela época foram lançadas as bases para a compreensão e organização do tratamento das questões centrais do estudo da matéria. (Piedade apud CAMPOS, 2008, p. 12).

Campos (2008) destaca que aspectos da própria história da ciência contribuíram para a formação das teorias de classificação. Aprofunda a observação da gênese das classificações, abordando a concepção de Porfírio (sistema binário), com inspiração em Platão, assim como cita a leitura de Eco sobre a concepção de Aristóteles (sistema em árvore).

Cabe, no entanto, comentar o deslocamento do estudo das classificações para o campo da Organização do Conhecimento, no que a experiência de Ingetraut Dahlberg é notável. A *German Society for Classification*, fundada pela autora em 1977, é comentada no texto introdutório ao documento de Dahlberg (2006) “Organização do Conhecimento, uma nova ciência? Esta Sociedade, em 1989, passou a trazer em seu nome a expressão Organização do Conhecimento (OC). Também, em 1989, a autora integrou o grupo de fundadores da *International Society of Knowledge Organization* (ISKO)², a qual presidiu até 1996. Ao comentar a revista *Knowledge Organization Journal* (denominada “*International Classifications Journal*” de 1974 a 1992) ressalta o caráter ampliado dos objetivos da OC frente ao dos estudos dos sistemas de classificação.

No portal da ISKO é também apresentado este histórico da revista, assim como são listados os temas dos artigos que publica, o que reflete a abrangência dos tópicos cobertos pela OC: teoria e fundamentos (teoria geral, fundamentos filosóficos do conhecimento, bases

² INTERNATIONAL Society of Knowledge Organization. Disponível em: <<http://www.isko.org/ko.html>>. Acesso em 15 abr. 2017.

teóricas da classificação, análise de dados); operações práticas associadas com a indexação e a classificação, aplicações de sistemas de classificação e tesouro (definido a seguir, com base de acordo com Van Der Haas e Ferreira); indexação automática e manual; história da OC; educação e treinamento em classificação e; problemas de terminologia em geral ou referidos a campos específicos.

O tesouro tem como função primordial o controle terminológico do vocabulário utilizado em uma área específica do conhecimento (...) estreita relação com a Terminologia, ambos tratam de conceitos de uma área especializada e buscam uma linguagem comum entre os especialistas, como fator facilitador da comunicação de novos conhecimentos. (VAN DER HAAS; FERREIRA, 2000, p.5).

Assim, a proposta é adotar a OC para o suporte teórico e conceitual³ do projeto para o estudo, atualização e documentação das classificações para fins das estatísticas sociais. O projeto é aqui apresentado sob a forma de proposta discutida na COCAD.

O ato de classificar

Antes mesmo da abordagem a partir da OC, cabe comentar a ação e arte classificatória nos campos literário e filosófico. Borges (1952), no campo literário, instiga a reflexão sobre a ordem do pensar e representar o mundo. Tal provocação é considerada por Foucault (2002), que envereda pelo debate filosófico da organização das ideias, das palavras e das coisas. Ambos motivam Pombo (2008) que descreve com clareza a imanência das classificações no viver e avança em tipologia de classificações e características associadas.

O conto de Borges (1952) disserta sobre o idioma analítico de John Wilkins, sua estrutura e construção, com vistas a uma linguagem mundial comum, empreendimento que teria se desenvolvido nos idos de 1664. Comenta da dificuldade inerente à representação do mundo, para o que se vale também da classificação de animais que teria encontrado em enciclopédia chinesa, em que os animais eram assim categorizados:

- a. pertencentes ao Imperador
- b. embalsamados
- c. amestrados
- d. leitões
- e. sereias
- f. fabulosos
- g. cachorros soltos

³ Obtida a partir do curso frequentado por Marcia Quintslr no 2º semestre de 2016 e bibliografia indicada para a disciplina, ministrada pelos professores doutores Rosali Souza e Gustavo Saldanha, Organização de Domínios do Conhecimento. A disciplina integrou os cursos de mestrado e de doutorado do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-ECO). Aos professores cumpre agradecer, também, leitura atenta e comentários sobre este documento.

- h. incluídos nesta classificação
- i. que se agitam como loucos
- j. inumeráveis
- k. desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo
- l. etcétera
- m. que acabam de quebrar a jarra
- n. que de longe parecem moscas

Borges (1952) registrou escolhas arbitrárias de Wilkins e do apócrifo enciclopedista chinês e mostrando-se atento e sensível ao complexo desafio de representação do mundo diante de contextos e percepções distintos, afirmou “...notoriamente no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural. La razón es muy simple: no sabemos qué cosa es el universo.”

Foucault (2002), ao se perceber incomodado com a inusitada classificação dos animais do conto de Borges, apresenta reflexão sobre a essência do que é a produção ou identificação do que denomina uma “ordem” entre os seres, bem como aponta a inexistência de ordem certa ou errada, mas sim de ordenamentos que se estabelecem em contexto histórico ou cultural específico. Numa perspectiva mais aprofundada, identifica ordens empíricas ou não, como constituintes e objetos da cultura, da ciência e da filosofia.

Os códigos fundamentais de uma cultura — aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas — fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra. (FOUCAULT, 2002, Prefácio)

Olga Pombo (2008), por sua vez, se baseia em Foucault (2002) para comentar a essencialidade e o caráter inerente à vida do ato de classificar, na busca de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”. Vai mais adiante ao destacar quatro campos de classificação: seres, saberes, livros e bibliografias, informações. Define e caracteriza a classificação, comentando, por exemplo, o requisito de um princípio classificador, escolhido por quem realiza a classificação, tendo em vista o domínio trabalhado e o objetivo desejado. Estabelece tipologia de classificações. A todos esses aspectos Olga imprime um olhar histórico. A respeito do “tipo pragmático” que segundo a autora ganha força a partir da classificação “documental e biblioteconômica”, cita Apostel.

Elas correspondem agora a uma solução extrínseca, isto é, ao abandono do isolamento do domínio a classificar em favor de uma perspectiva em que este é considerado na sua relação com o uso que o classificador pretende dar a esse domínio e com as ações que sobre ele pretende desencadear (cf. Apostel, 1963: 199, Apud POMBO, 2008, p.12).

Dimensões epistemológica, aplicada e sociopolítica da OC

Uma discussão central sobre a OC é encontrada, mais uma vez, em Dahlberg (2006) e em Hjørland (2008). Diz respeito a seu lugar epistemológico, como ciência autônoma ou como um campo, também com autonomia, mas, com fortes relações interdisciplinares com outras áreas.

Esta segunda é a posição de Hjørland que identifica para a OC o significado restrito, que se refere à descrição de documentos, indexação e classificação em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, instituições ligadas à memória por biblioteconomistas, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assuntos, tópicos ou temas (*subject specialists*). Reconhece, adicionalmente, o sentido amplo, que é referente à divisão social do trabalho mental, isto é, à organização de universidades e de outras instituições de pesquisa, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de conhecimento. Nesta perspectiva ampla de Hjørland se inserem as estruturas das agendas estatísticas e, em ambas as perspectivas, se inserem as classificações que servem de infraestrutura para as estatísticas oficiais, detalhando os temas mensurados.

Por sua vez, Dahlberg que entende a OC como ciência autônoma, aponta que o objeto e a área de atuação, estão explícitos na própria denominação da OC. Discorre sobre definições tais como o conceito de conhecimento e níveis de representação do conhecimento, além de propor, para a OC, uma estrutura de representação. Hjørland avança sobre as diversas abordagens referentes aos sistemas de representação do conhecimento e sobre sua evolução histórica. A respeito dos dois autores, Melo e Brascher (2014) comentam:

Consideramos os teóricos Ingetraut Dahlberg e Birger Hjørland como representantes das correntes filosóficas do positivismo lógico e do pragmatismo, respectivamente, nos estudos epistemológicos da organização do conhecimento. Porém, sabemos que o enquadramento de teóricos em uma corrente filosófica específica é passível de questionamentos, pois o desenvolvimento de seus estudos sofre influência de diversas correntes. Por isso, o enquadramento de Dahlberg como positivista e de Hjørland como pragmatista foi feito apenas para fins de estruturação e conceituação dessas abordagens no escopo dos estudos do conceito na ciência da informação... Assim, entendemos a coexistência de abordagens teóricas como uma relevante contribuição para a prática da organização do conhecimento, pois a complexidade e a interdisciplinaridade do estudo do conceito demandam perspectivas epistemológicas diversas, como a positivista e a pragmática, para análise dos conceitos e relacionamentos semânticos em diferentes contextos sociais e culturais. (MELO;BRASCHER, 2014, p.77)

González de Gómez (1996) difere de Dahlberg e Hjørland, adotando uma terceira posição em relação ao lugar epistemológico da OC. Em sua proposição aponta a intrínseca vinculação metodológica entre a Ciência da Informação e a Organização do Conhecimento.

A presente abordagem, ainda que genérica, do enfoque epistemológico indica três possibilidades de aplicações da OC, contextualizadas às atividades do IBGE:

- ✓ Organização de seu acervo de informações e/ou documentos (bibliotecas tradicionais e digitais, organização de metadados ou da meta-informação, organização das bases de dados propriamente ditas);
- ✓ O desenho de agendas estatísticas (a construção da Classificação de Informações Estatísticas (CIE)⁴, desenvolvida pelo IBGE, e o esforço do desenho de temas a investigar no âmbito do planejamento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares são exemplos relacionados a este desenho);
- ✓ As classificações para a infraestrutura da produção, disseminação, análise e uso de informações estatísticas oficiais (temáticas, espaciais e de categorizações de conceitos complexos), objetos do projeto aqui proposto.

A dimensão aplicada da OC trata do estudo, desenho e aplicação dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), dos quais as classificações são exemplos. O texto de Souza (2012) explora elaborações concretas que apresentam duas propostas de classificação de áreas do conhecimento. Uma delas, aquela adotada no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), no contexto do Manual Frascati sobre inovação. A outra foi elaborada e publicada pelo Australian Bureau of Statistics (ABS).

A Classificação de Informações Estatísticas (CIE) desenvolvida pelo IBGE, com base na Classification of Statistical Activities (CSA) desenvolvida pela UNECE, é um exemplo de SOC cujo objetivo é a representação dos temas e operações correspondentes à produção de conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais pelo IBGE.

Sobre a dimensão social e política, os textos citados anteriormente, elaborados por Foucault (2002) e Pombo (2008), ao tratarem o caráter inerente à vida do ato de classificar, contemplam a influência da sociedade e das estruturas de poder que a integram nas escolhas feitas para propiciar a organização das coisas e saberes. Foucault menciona contexto histórico

⁴ CLASSIFICAÇÃO de Informações Estatísticas. IBGE. Disponível em <metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ou cultural na definição de tais ordenamentos e Olga Pombo (2008) associa este ordenamento à variedade que nos rodeia.

Depreende-se a partir dos textos, a percepção dos impactos sociopolíticos e culturais sobre as escolhas feitas no ato de classificar. Por outro lado, levam a pensar que os critérios adotados para a definição de categorias atribuídas a determinado assunto possuem, também, impacto sobre o olhar que se desenvolve sobre o mundo.

Este último aspecto é explorado por Vignaux (1999), lembrando que os humanos estão divididos em ricos e pobres, feios, maus, bons, jovens, velhos, saudáveis, doentes. Este autor alerta que segregar pode tornar legítima a hierarquia entre as pessoas e espécies. Cita eventos de extrema opressão ou violência na história da humanidade os quais resultam da divisão em categorias que, no entanto, extrapolam a motivação para classificar. Tal motivação se constitui em dividir para se compreender, ou seja, se divide sim, mas, para juntar em seguida na compreensão do todo. Neste sentido conclui:

[...] ao jogo da categorização, podemos tanto fecharmo-nos e “queimarmo-nos” como fortalecemo-nos e abrimo-nos para o mundo. O que conta é compreender como precisamos quotidianamente de categorizar e de que maneira isso pode ser perigoso. A fim de se libertar disso quando for oportuno e saber encontrar o Outro: o meu vizinho, o meu semelhante. (VIGNAUX, 1999, p. 103)

Este impacto sociopolítico também é apontado por Bourdieu (2008) que descreve a definição única para o agrupamento denominado família, então, adotada pelo instituto de estatísticas francês. Bourdieu (2008) aponta que esta classificação legitima um específico tipo de agrupamento familiar, invisibilizando outros que estão presentes na sociedade.

A definição dominante, legítima, da família normal (definição ao que pode ser explícita, como no direito, ou implícita, como, por exemplo, nos questionários do INED – Institut Nationale d’Etudes Demographiques – ou do INSEE dedicados à família), apóia-se em uma constelação de palavras – casa, unidade doméstica, house, home, household – que, sob a aparência de descrevê-la, de fato constroem a realidade social. De acordo com essa definição, a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação). Alguns etnometodólogos chegam a dizer que o que aceitamos como realidade é uma ficção especialmente construída através do léxico que recebemos do mundo social para nomeá-la. (BOURDIEU, 2008, p.124)

Assim, também, nas agendas estatísticas, nas classificações temáticas e nos critérios de categorização estão presentes as noções de visibilidade e invisibilidade, como forma de impacto sociopolítico inerente aos SOC.

Alguns debates são recorrentes, como por exemplo, a abordagem de identidade de gênero nas estatísticas vis a vis a categorização de informações de acordo com a definição dos

sexos biológicos (mulher e homem), isto é, segundo a abordagem heteronormativa tradicional. Este critério empresta invisibilidade, por exemplo, à inserção social dos indivíduos, segundo as diversas identidades de gênero presentes na sociedade.

Ainda, se destaca a demanda para que os agendas estatísticas contemplem, por exemplo, mensurações do uso do tempo pelas pessoas, especialmente, para observar o tempo de homens e mulheres dedicado aos seguintes tipos de trabalho: na produção de serviços para o próprio consumo (tarefas domésticas e de cuidados de pessoas) e trabalhos voluntários. O tempo de trabalho, portanto, não dedicado à ocupação remunerada voltada para o mercado.⁵

Observa-se que as três dimensões definidas são abrangentes e servem de eixos que orientam as pesquisas e as práticas no campo da OC. Não cabe, no entanto, esperar desta segmentação a completa rigidez, pois as dimensões não são mutuamente excludentes. Ao contrário, são sobrepostas e complementares, pois se exige, em diversos estudos e aplicações, que as dimensões se combinem para o melhor proveito do recorte de análise proposto. No campo das estatísticas oficiais, epistemologia, aplicação e impactos sociais e políticos, também se entrelaçam nas ações de OC pertinentes ao campo, conforme ilustrado nos exemplos apresentados.

⁵ Em acordo com a resolução sobre a definição de trabalho adotada pela XIX Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2013. ILO. Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization – adopted by the nineteenth international conference of labour statisticians, 2013, Geneva. Disponível em https://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards-and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS_230304/lang--en/index.htm. Acesso em jan. 2019.

II. Classificações para fins de estatísticas sociais: fundamentos e desenvolvimento no âmbito das instâncias estatísticas da Organização das Nações Unidas

É relevante registrar que o ano de 1999 foi marcante para o processo aqui descrito, pois foram elaborados preâmbulo e orientações sobre as classificações estatísticas. Este ano é referenciado, nos documentos da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU), como aquele em que as orientações gerais para o *Expert Group on International Economic and Social Classifications* em classificações estatísticas, assim como para o acompanhamento contínuo das classificações pela Comissão foram estabelecidas. A área de classificações da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU) ficou responsável por dar suporte à efetivação das recomendações da CENU e ao trabalho do *Expert Group*.

Assim, as presentes notas tratam do exame dos mencionados preâmbulo e orientações, elaborados em 1999, do documento sobre boas práticas disponibilizado em 2012 e dos relatórios anuais da CENU no período 2000 a 2018. A página da área de classificações da DENU também alimentou as observações aqui apresentadas. Os documentos de 1999 citados e o texto sobre boas práticas encontram-se ali publicados.

Do conteúdo destes documentos serão destacadas, especialmente, as classificações referentes a temas das áreas das estatísticas sociais que, tal como definidos na 40ª CENU, envolve estatísticas sobre população, família e comunidade, saúde, educação e treinamento, trabalho, recursos econômicos, habitação, crime e justiça, cultura e lazer. Tais estatísticas, recomenda-se, devem ser publicadas, segundo os diversos grupos populacionais e com ampla cobertura geográfica.

Complementarmente, cumpre, também, destacar que, de acordo com a Classificação de Informações Estatísticas - CIE desenvolvida pelo IBGE e homologada pela Comissão Nacional de Classificação – CONCLA em 2015, os grandes temas do domínio Estatísticas Sociais são os seguintes: População, Trabalho, Educação, Saúde, Rendimento, Despesa e Consumo, Proteção Social, Habitação, Justiça e Segurança, Administração Pública e Participação Político-Social e Uso do Tempo. Alguns dos tópicos relacionados na definição da 40ª CENU são subtemas do tema Estatísticas Multidomínio da CIE: Condições de vida, pobreza e desigualdade e Cultura, recreação e esporte.

Preâmbulo - Família Internacional de Classificações Econômicas e Sociais (1999): aspectos relevantes

O preâmbulo elaborado em 1999 segue publicado na página da internet da DENU sobre classificações o que, de certo modo, corrobora a atualidade de seu conteúdo central. Apresenta a Família Internacional de Classificações, integrada por classificações aprovadas no âmbito da CENU e de outras agências das Nações Unidas. Tais classificações focalizam alguns dentre os domínios da temática social citados anteriormente.

Definem-se três tipos de classificações: de referência, derivadas e relacionadas. São classificações de referência as que a CENU adota e recomenda para utilização. Estão, em geral, sob a responsabilidade de agências das Nações Unidas. As derivadas surgem a partir daquelas de referência, com alterações na abrangência das categorias cobertas, com reestruturação de categorias e outros ajustes, conforme interesse específico. As relacionadas surgem, em geral, das necessidades nacionais e são parcialmente relacionadas com as de referência, podem incluir parte das categorias, por exemplo. Os esforços de harmonização são estimulados no que diz respeito a classificações, com a finalidade de reduzir a existência das classificações do tipo relacionadas.

O documento trata da manutenção, atualização e revisão das classificações, ações que constituem a competência de custódia. Agências das Nações Unidas são identificadas com a custódia das classificações de referência. As classificações dos tipos derivadas e relacionadas podem ser custodiadas por outras agências internacionais ou por agências nacionais de estatística.

Com respeito à custódia das classificações integrantes da família de classificações internacionais, as obrigações são apresentadas. Dentre elas se destacam: o reconhecimento de que as classificações fazem parte de sistema dinâmico, o que requer cooperação e comunicação regular entre instituições que detêm custódia; o registro da classificação no inventário de classificações da DENU, de modo a ser beneficiada pela rede de contatos, por intercâmbio de experiências, bem como por aprimoramentos compartilhados internacionalmente; a explicitação das relações entre as estruturas de classificações de referência e as de classificações derivadas, propiciando à rede de interlocutores elementos para avaliar a consistência e assegurar o compartilhamento de tais estruturas; o aprimoramento das correspondências entre classificações de referência e as relacionadas; avaliação de mudança em determinada classificação, sob o ponto de vista do impacto que dela deriva; coordenação das revisões e atualizações, com planejamento claro, inclusive de datas que atendam a todos os envolvidos;

visibilidade das ações referentes às classificações; manutenção de tabelas de correspondência entre classificações de referência e derivadas; orientação para a codificação, uso, coleta e adequada interpretação (inclui preparação de manuais), com vistas aos usuários que utilizam a classificação de referência e suas derivadas ou relacionadas.

O documento inclui o inventário da Família Internacional de Classificações Econômica e Social, cuja alteração estava prevista para ocorrer ao longo de 1999 pelo *Expert Group*. No que diz respeito aos temas sociais, esse inventário inclui o conteúdo do quadro que segue.

Quadro 1: Inventário da Família Internacional de Classificações, 1999, *Expert Group*

Temas gerais	Classificações de referência
Emprego, Ocupação e Educação	Classificação Internacional de Posição na Ocupação (<i>International Classification of Status in Employment – ICSE</i>) Classificação Internacional de Ocupações (<i>International Standard Classification of Occupations - ISCO</i>) Classificação Internacional de Educação (<i>International Standard Classification of Education - ISCED</i>)
Social e Saúde	Classificação Internacional de Doenças (<i>International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD</i>) Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e restrições físicas (<i>International Classification of Impairments, Disabilities and Handcaps – ICIDH</i>)
Outras	Uso do tempo (<i>International Classification of Activities on Time Use Surveys - ICATUS</i>)

Fonte: Divisão de Estatísticas das Nações Unidas – classificações, *UN Classifications Registry*. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/class/default.asp>>. Acesso em: 15 mai.2017.

Classificações Estatísticas de Referência – Princípios Básicos (1999): tópicos selecionados

O documento “*Standard Statistical Classifications - Basic Principles (1999)*” foi discutido na 30ª Sessão da CENU e foi preparado com base no terceiro encontro do *Expert Group* (New York, 1-3 December 1997). O texto apresenta orientações para o uso nacional e

internacional, através de princípios e padrões metodológicos e estatísticos, para o desenvolvimento, uso, manutenção e revisão de Classificações Estatísticas Internacionais, bem como de classificações dos tipos derivada e relacionada. Destaca que para resultados satisfatórios, é requerida a clareza em terminologia, conceitos, definições e estrutura.

Segundo o documento as classificações agrupam e organizam informações compreensiva e sistematicamente, segundo um padrão que é de utilidade para a identificação de similaridades de ideias, eventos, objetos ou pessoas.

O texto menciona, ainda, que a preparação da classificação implica a criação de um conjunto de categorias exaustivo e estruturado. Os subconjuntos são mutuamente exclusivos. As categorias são bem descritas e apresentadas como uma hierarquia que é refletida em códigos alfabéticos ou numéricos a elas atribuídos.

Uma classificação é dita estatística quando é aplicada a variáveis investigadas em censos, pesquisas amostrais ou fazem parte de registros administrativos.

O texto prossegue com alguns aspectos já mencionados no preâmbulo descrito na seção anterior. É abordada, por exemplo, a questão das custódias internacionais (em geral, conforme visto, por agências das Nações Unidas) e das nacionais. Comenta, também, a possibilidade de que as Classificações Internacionais Estatísticas propiciem, com adaptações, classificações que atendam diferentes necessidades nacionais ou multinacionais.

São indicados como princípios das classificações, a identificação clara: de seus objetivos; da agência responsável pela classificação; do cronograma de atividades relativo a melhorias ou revisões. É requerida a estrutura bem definida e a descrição da lista completa de categorias da estrutura da classificação. São necessárias instruções ou orientações para uso, coleta de dados e análise da classificação, assim como para o desenvolvimento de nova classificação ou para o aprimoramento de classificação existente.

Há o alerta de que, embora, classificações desenhadas para o uso estatístico possam ser usadas para outros fins, cautela adicional é recomendada nesses casos. O texto ressalta que, cabe aos agentes que proponham ou coordenem tal uso alternativo não estatístico, a responsabilidade por atender questões referentes às classificações. Questões estas que surgem no contexto destas aplicações fora do campo das estatísticas.

No que diz respeito ao papel das classificações como elementos facilitadores da harmonização de estatísticas, é destacado que será bem-sucedido na medida em que as classificações sejam bem definidas ou estabelecidas segundo critérios consistentes. Quanto à

harmonização das classificações propriamente ditas, é ressaltada a importância do permanente contato entre os responsáveis pelas classificações.

São apresentados os conceitos de classificações derivadas e relacionadas, similares aos apresentados no preâmbulo elaborado em 1999, comentado anteriormente.

O documento sugere que o papel de coordenação de uma classificação nacional ou internacional pode ser exercido por grupos de especialistas, por agências estatísticas ou por comitês diversos. Tal papel deve se balizar em cronograma de atividades e espaços de consulta com usuários e especialistas sobre a preparação, o desenho, a implantação e o monitoramento da classificação estatística. Em nível internacional exercem este papel sobre as classificações estatísticas de referência – o *Expert Group* em classificação e a DENU. Quanto ao papel de grupos de especialistas, forças tarefas e comitês, uma ação importante é a de mobilizar grupo de usuários ou especialistas com ampla abrangência de conhecimento. Deve-se alcançar diferentes domínios temáticos com vistas ao trabalho de elaboração de versão inicial de uma classificação. Nos comitês, é relevante que sejam cobertos domínios tais como estatística, terminologia, padrões, políticas e domínios temáticos específicos.

Das coordenações nacionais e, em particular, das agências nacionais de estatística, se espera a adoção de padrões estabelecidos para as classificações internacionais de referência e para as classificações que delas derivem ou que sejam a elas relacionadas. Um cuidado recomendado diz respeito à tradução de termos das classificações, uma vez que por trás destes existem os conceitos que buscam expressar.

Devem ser considerados no desenvolvimento de uma classificação estatística:

- ✓ Identificação dos usuários da classificação, da forma como vão utilizá-la e das estatísticas que dela se servem;
- ✓ Identificação dos diferentes usos que diferentes usuários atribuem à classificação, para se buscar o equilíbrio no atendimento aos requisitos dos vários usuários;
- ✓ Identificar, elementos de natureza conceitual referentes às variáveis da pesquisa que se pretende classificar e às unidades estatísticas às quais se atribuem as variáveis classificadas;
- ✓ Estabelecimento de regras de relacionamento entre diferentes classificações quando pertinente. Por exemplo, estabelecer ligações entre a classificação de ocupações (descrição de tarefas de uma pessoa) e as classificações que tratam de níveis educacionais pode ser de interesse.

Na construção de uma classificação, o levantamento de informações e a atuação de especialistas sobre a variável a codificar é requerida. Por exemplo, antes de “classificar” ocupações é necessário mapear todas as descrições de tarefas possíveis. O papel dos especialistas é fundamental para assegurar a exaustividade de tal levantamento e para a identificação de critérios de identificação de similaridades que determinarão a estrutura da classificação. Tais critérios devem permitir a localização de categorias relevantes de forma unívoca e separada. A documentação dos critérios adotados é fundamental para a classificação dos itens, assim como para a manutenção e a revisão da classificação.

As notas explicativas têm por objetivo delimitar cada categoria da estrutura classificatória, a partir da descrição do que contém ou, de outro modo, da lista de elementos que inclui ou exclui. Simplicidade e clareza na linguagem são requeridas. A coletânea de casos de classificação de elementos que tenham se mostrado mais complexos é importante, pois é impossível assegurar que definições sejam completamente isentas de ambiguidades.

Os índices alfabéticos das classificações são instrumentos úteis para a localização de elementos na estrutura classificatória. São de utilidade, também, as tabelas de conversões, quer entre versões diferentes de uma mesma classificação, quer entre classificações internacionais e outras derivadas ou relacionadas, conforme mencionado anteriormente.

As bases de dados sobre classificações devem ser baseadas em suas estruturas, no lugar de serem orientadas a texto. Elaboração de manuais, iniciativas de capacitação e de intercâmbio de conceitos, experiências, atualizações e revisões das classificações se constituem em boas práticas a estimular.

Procura-se atingir, com a documentação, ao amplo e diferenciado público das informações estatísticas: produtores de informações estatísticas oficiais e de outros tipos de informações, pesquisadores, gestores e técnicos em políticas públicas, educadores, legisladores e público em geral.

Manual de Boas Práticas para o Desenvolvimento de Classificações Estatísticas Internacionais (2013): tópicos selecionados

O objetivo do documento, que resultou da reunião do *Expert Group on International Statistical Classifications* realizada em Nova York em maio de 2013, foi prover orientações sobre boas práticas no desenvolvimento, aplicação, manutenção e revisão de Classificações Estatísticas Internacionais. Trata-se de atualização de aspectos do “preâmbulo” dos “princípios básicos”, documentos focalizados nas seções anteriores. Estes últimos seguem atuais e, em particular, o segundo dentre eles que é mais extenso, sendo, inclusive, mais detalhado do que

este novo Manual em alguns aspectos. Inclusive, é recomendada a leitura deste último em conjunto com os “princípios básicos”. Os dois documentos são ditos complementares.

O Manual de Boas Práticas de 2013 avança ao incluir a definição de classificações estatísticas internacionais. Apresenta, também, em relação a tais classificações, sua descrição, composição e as orientações concernentes aos princípios a considerar quando do seu desenvolvimento.

É apresentado o porquê da existência de classificações estatísticas internacionais. Destaca-se que são elaboradas e mantidas por agências internacionais de forma a contribuir para a definição e uso de padrões e abordagens consistentes para a classificação de dados estatísticos. O objetivo é, portanto, prover grau razoável de comparabilidade entre as estatísticas de diferentes países. É motivação, também, propiciar o desenvolvimento de classificações nacionais compatíveis com o padrão das classificações internacionais.

É citado o mandato do *Expert Group on International Statistical Classifications* atribuído pela CENU, com vistas a coordenação do trabalho internacional sobre as classificações estatísticas.

A definição que segue foi endossada pela CENU para uso pelas agências nacionais de estatística:

“Uma classificação estatística corresponde a um conjunto de categorias discretas que pode ser atribuído à variável obtida através de censos, pesquisas por amostragem ou registros administrativos. A classificação é utilizada na produção e apresentação de estatísticas.”⁶

Para além de seus objetivos centrais de viabilizar e facilitar a coleta, organização, publicação e análise das estatísticas, as classificações estatísticas são identificadas como simplificação do mundo real. A respeito delas, se destaca que podem servir também a políticas públicas, bem como a ações corporativas ou individuais, relacionadas com a variável classificada.

O Manual apresenta a listagem de componentes ditos essenciais das classificações estatísticas (vários deles, conforme advertido, foram anteriormente mencionados no “preâmbulo” ou nos “princípios básicos”): a base conceitual consistente; a estrutura e seus tipos, *flat* (lista de categorias) e hierárquico; as categorias exaustivas e mutuamente exclusivas; as definições claras e sem ambiguidade, que estabelecem o conteúdo de cada categoria; a atualidade e relevância, além de robustez suficiente para durar um período de tempo razoável; o atendimento a necessidade dos usuários; o provimento de comparabilidade ao longo do tempo

⁶ Tradução livre.

e entre diferentes coletas; as orientações para codificação e uso, a partir dos dados resultantes de coleta.

O Manual estabelece dez princípios a considerar no desenvolvimento de uma classificação internacional estatística:

(1) Detentores da custódia – em geral é prerrogativa de agências internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas, as quais devem submeter as classificações sob sua custódia ao *Expert Group* para validação;

(2) Base conceitual sólida que deve estar refletida nas notas explicativas sobre concepções e critérios adotados, em conformidade com a consistência conceitual requerida;

(3) Estrutura da classificação – lista simples de categorias ou hierárquica, quando diversos níveis de detalhamento são requeridos;

(4) Caracterização de tipos de classificação em de referência, derivadas e relacionadas. Na definição das duas últimas fica mais clara a exigência de vínculo mais rígido com as classificações de referência, o que as torna similares, o que marca uma diferença em relação aos documentos de 1999;

(5) Categorias de mesmo nível na estrutura de classificações possuem a propriedade de serem mutuamente exclusivas;

(6) Exaustividade das possibilidades de classificação das variáveis;

(7) Balanceamento, no sentido de as categorias de mesmo nível serem organizadas de tal modo que correspondam a patamares próximos de contingente populacional. Para este princípio há ressalva, pois, este princípio não pode superar a representação lógica das possibilidades da variável;

(8) Viabilidade estatística, que corresponde a estabelecer estrutura de códigos coerente, propiciando facilidade para a aplicação da classificação;

(9) Unidades de classificação e unidades estatísticas bem definidas. As unidades estatísticas correspondem às entidades às quais as variáveis classificadas se referem. A unidade de classificação define a unidade básica que será classificada, a exemplo de programas educacionais, na classificação de educação referente às variáveis “programas frequentados ou cursados”. Nesse caso, a unidade estatística são pessoas que informam ter frequentado ou frequentar os programas categorizados;

(10) Comparabilidade temporal que deve ser assegurada em situação de nova versão de uma mesma classificação, através de tabelas de correspondência entre as versões anterior e atualizada.

São apresentados os componentes requeridos para o desenvolvimento de uma classificação: título; identificador (em geral a sigla correspondente ao título); versão da classificação; nível da classificação (pode ser um, quando é do tipo *flat*, ou, mais de um quando a classificação é hierárquica); estrutura de códigos (associada biunivocamente a todas as categorias, podendo combinar alfabeto e algarismos); denominação (uma linha que descreve ou dá nome a cada categoria); definições de descritores e/ou notas explicativas; codificação (associar respostas obtidas a partir de censos, pesquisas e registros administrativos aos códigos correspondentes da estrutura de códigos da classificação) e; categorias residuais (usadas para assegurar exaustividade, mas sua utilização fica a critério de quem desenvolve a classificação, havendo casos em que não se aplica).

Foram citados, também: a correspondência entre diferentes classificações, para fins de análise conjunta de diferentes variáveis classificadas; índices alfabéticos e sua utilidade e; orientações para a codificação em casos especiais ou que geram dúvidas.

No que tange às unidades de medida, sugere-se que, quando requeridas, podem ser parte da descrição da categoria e que devem seguir padrões consolidados (o texto cita a ISO 1000).

Finalmente é apresentado uma *check-list* de apoio ao desenvolvimento ou avaliação da classificação, segundo os princípios e padrões estabelecidos.

Panorama das sessões anuais da CENU no período 2000-2018: classificações para fins de estatísticas sociais

Este levantamento toma por base a análise documental dos relatórios apresentados à CENU no que diz respeito às classificações estatísticas.

Registram-se as classificações específicas abordadas, sejam elas correspondentes às temáticas sociais ou não. As anotações sobre as discussões e definições atinentes às classificações relacionadas aos temas sociais são mais detalhadas.

As questões mais gerais colocadas para apreciação da Comissão são também anotadas, especialmente, quando são úteis para a percepção de contexto que envolve as ações referentes às classificações estatísticas para fins sociais.

Assim, o quadro 2 contém o resultado do levantamento e análise documental realizados, apresentando aspectos de interesse do presente projeto. Para facilitar a consulta ao quadro, as classificações identificadas com as estatísticas sociais são destacadas em negrito.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2000/31 ^a	Conclusões e recomendações do “<i>Expert Group</i>” na reunião de 1999 em Nova York. Foram relatados avanços no portal da Divisão de Estatísticas. Preparação de documento oficial sobre as classificações de despesas de acordo com o uso: COFOG, COICOP, COPNI e COPP. Implantação, avaliação e revisões futuras da ISIC e CPC (<i>Central Product Classification</i>).	Observação sobre estatísticas sociais no IBGE e a COICOP: A classificação tem aplicação em estudos sobre pobreza e em estudos sobre o conceito de consumo associado a bem-estar. É utilizada, por exemplo, para o levantamento e divulgação de resultados das Pesquisas de Orçamentos Familiares. Para efeito deste trabalho será considerada classificação econômica, uma vez que conceitualmente se associa a essa área, apesar das mencionadas aplicações de cunho social. ISIC: A classificação é aplicada nas pesquisas domiciliares e censos para caracterizar o mercado de trabalho. O IBGE possui inclusive versão dita domiciliar dessa classificação. Para efeito deste trabalho será considerada classificação econômica.
2001/32 ^a	Melhoramentos no portal da DENU referente a Classificações. Treinamento de países africanos sobre ISIC e CPC. Prosseguimento de trabalhos referentes à ISIC e CPC.	-
2002/33 ^a	Avanços em treinamento, no site, newsletter e documentação em geral. Discussão pela Comissão, para a escolha do momento a partir do qual os países deveriam passar a adotar a ISIC, Revisão 3.1, e usar a CPC, Versão 1.1, para o objetivo de comparação internacional. Discussão sobre a convergência entre as diversas classificações de atividade (ISIC, NAICS, Estados Unidos e NACE, Europa).	As classificações para fins de estatísticas sociais foram apresentadas a título de informe. Inicia-se, nessa seção da CENU, informe sobre os trabalhos do Grupo de Siena sobre estatísticas sociais. Classificação Internacional de Ocupações-88 (ISCO-88), processo de revisão. Classificação Internacional de Posição na Ocupação – 1993 (ICSE-1993), pequenos estudos para avaliar sua pertinência, tendo em vista o mercado de trabalho mais flexível. Classificação Internacional sobre Educação –1997 (ISCED – 97), ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, em treinamento de países para seu uso e no monitoramento da aplicação da classificação; ICATUS, Classificação Internacional em Estatísticas de Atividades para Pesquisas de Uso do Tempo, em desenvolvimento pela DENU. Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e restrições físicas (ICIDH), aprovada pela Organização Mundial de Saúde, OMS em 2001. Esta classificação foi endossada, unanimemente, por todos os 191 Estados Membros da OMS durante a <i>54th World Health Assembly</i> em maio de 2001. Em outubro de 2001 foi publicada simultaneamente em 6 diferentes idiomas (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol) e foi lançada aplicação na <i>web</i> para o uso da classificação.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2003/34 ^a	Avanços em treinamento, site, newsletter e documentação em geral. Progresso dos trabalhos de revisão da ISIC e CPC, com vistas à versão 2007. Sistema harmonizado em 2002 - tabelas para correlação entre a Classificação de Comércio Internacional, revisão 3, e a Classificação de Grandes Categorias Econômicas foram atualizadas. Também, foram elaboradas tabelas para correlação entre as versões 1996 e 2002 do Sistema Harmonizado. Informe do FMI sobre o Manual de Balanço de Pagamentos, com início previsto para 2003. Classificação de Balanço de Pagamentos – revisada, como parte desse processo. A extensão para serviços foi concluída, com a finalização do Manual de Estatísticas sobre Comércio Internacional de Serviços.	Documentos sobre estatísticas sociais e sobre direitos humanos foram disponibilizados. A proposição de revisão da Classificação Internacional de Ocupações – 88 (ISCO-88) e a possibilidade de aprovação do processo de revisão na 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (17ª CIET) da Organização Internaional do Trabalho (OIT) em final de 2003. A UNESCO informou aprimoramentos, suporte e capacitação na aplicação da ISCED-97. Prosseguimento do mapeamento dos sistemas educacionais dos países. Manual operacional da versão 1997 foi concluído. A DENU destacou atividades ligadas a ICATUS. Finalizou o <i>Guide to Producing Statistics on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work</i>. Anúncio de intenção em disponibilizar a ICATUS no seu portal na web para sugestões. A Organização Mundial da Saúde informou sobre a WHO Family of International Classifications (WHO-FIC). Uma <i>network</i> da WHO-FIC foi constituída e tem sido acionada para o acompanhamento da implantação, manutenção e atualização das classificações desta família.
2004/35 ^a	Avanços em treinamento, no portal, newsletter e documentação em geral. Disponibilização e adoção pelo CENU de recomendações sobre as Classificações Internacionais de Estatísticas Sociais e Econômicas. Ações sobre ISIC, CPC e Classificação Internacional de Comércio Exterior. Sobre as duas primeiras comentou-se levantamento junto a 70 países.	Classificação Internacional de Ocupações-88 (ISCO 88) a 17ª CIET recomendou a revisão e melhoramento sem, contudo, propor alteração de sua estrutura central. Informação adicional sobre a 17ª CIET foi disponibilizada sob a forma de “<i>room document</i>”. Classificação Internacional em Educação – ISCED – 1997: A UNESCO segue investindo no aprendizado e aplicação da classificação pelos Estados Membros. Pesquisa em andamento, junto a países em que os estudantes iniciam escolaridade básica um ano antes ou um ano depois do padrão proposto, pois, este fator impacta a comparabilidade internacional entre programas educacionais.
2005/36 ^a	Informe sobre estado da arte da revisão da ISIC, CPC, Classificação Internacional de Comércio Exterior, Classificação de Balanço de Pagamentos – serviços e da Classificação de produtos e atividades agrícolas.	Informe sobre o estado da arte do processo de revisão da Classificação Internacional de Ocupações (ISCO). Foi apontado que uma grande revisão da Classificação Internacional de Doenças, ICD, estava planejada para 2010. A implantação da ICD seguia problemática em países com insuficiência dos registros de mortes e suas causas. Dentre os 192 membros da Organização Mundial de Saúde, cerca de 80 não estavam habilitados a gerar estatística de morbidade a partir da ICD e padrões da OMS. A família de classificações internacionais da OMS, neste momento, encontrava-se traduzida para 30 idiomas. Ferramentas facilitadoras para o uso das classificações foram desenvolvidas.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2006/37 ^a	Recomendação do “<i>Expert Group</i>” sobre família de classificações internacionais: estabelecer um mecanismo de avaliação da implantação de classificações internacionais, a partir de um conjunto de questões e critérios. Proposta para considerar a estrutura de códigos, a comparabilidade e a aplicabilidade da classificação, observando-se tabelas de correspondência entre classificações nacionais e internacionais padrões. Foi criado subgrupo para essa atividade. Além do habitual relato sobre aprimoramentos em classificações econômicas, foi enfatizado que o “<i>Expert Group</i>” também discutisse diferentes classificações econômicas e suas relações. Acordo para rever o papel do “<i>Expert Group</i>” no contexto da família internacional de classificações. Trata-se aqui do papel em relação à ISIC, CPC, Classificação Internacional de Comércio Exterior, Classificação de Grandes Categorias Econômicas (BEC) e as classificações de despesas de acordo com finalidade. Isso, após o grupo finalizar trabalhos com revisão da ISIC e CPC.	“<i>Expert Group</i>” endossou a criação de subgrupo para o estudo da ISCO e a parceria com a OIT na elaboração de proposta de revisão desta classificação, bem como de documentos de suporte a este desenvolvimento.
2007/38 ^a	Processo de implantação da ISIC versão 4 e da CPC versão 2 foi tema central, com aprovação de esquema de apoio aos países para cumprir cronograma, assim como do monitoramento pelo “<i>Expert Group</i>”. Destaque para treinamento, arranjos institucionais, visando atualização, também, de registros administrativos, compatibilidade com versões anteriores, ajustes e aproximações com relação a outras classificações econômicas.	Informe sobre o processo de desenvolvimento da Classificação Internacional de Ocupações, versão 2008 (ISCO – 08). Documento complementar, contendo proposta de estrutura da classificação.
2008/39 ^a	-	A ISCO-08 foi o tema dessa conferência, com a apresentação da estrutura da classificação, como documento de apoio, aprovada por grupo de especialistas em dezembro de 2007. Anúncio e definição de estratégia de implantação, com indicação do envolvimento da OIT. O informe dessa classificação nessa conferência foi elaborado pela OIT.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2009/40 ^a	-	Nesta 40 ^a sessão da CENU não houve discussão, mas sim, informe sobre classificações. Por outro lado, as estatísticas sociais foram tratadas intensivamente. Um marco temático foi apresentado, sob a forma de tópicos agregados de estatísticas sociais a serem unificadas por metodologia comum. Foram listadas as seguintes questões sociais: (a) População; (b) Família e comunidade; (c) Saúde; (d) Educação e capacitação; (e) Trabalho; (f) Recursos Econômicos; (g) Habitação; (h) Crime e justiça criminal; (i) Cultura e lazer.
2010/41 ^a	Documento apresentado nessa sessão cobre o trabalho realizado, desde 2007, em termos das classificações estatísticas. É mencionado o grupo que está revendo a família de classificações, porém, não é apresentada a família propriamente dita. Ferramentas, suporte técnico e orientações, com vistas a implantação da ISIC versão 4 e da CPC versão 2. Avanços da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Nutrição (FAO) sobre a classificação de atividades agrícolas.	A Organização Internacional do Trabalho informou sobre a versão final da ISCO-08 , com disponibilização de sua estrutura em inglês, francês e espanhol. Mencionou demanda da 18 ^a CIET para a revisão da Classificação de Posição na Ocupação . A UNESCO informou sobre o trabalho de painel de especialistas na revisão da ISCED , envolvendo Institutos de Estatísticas, OECD e Eurostat, com participação, também, de 12 especialistas das seguintes regiões: África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe. O painel representou, portanto, amplo espectro da comunidade internacional de produtores de dados e usuários. No informe referente a estatísticas sobre drogas, uso de drogas e crimes, foi destacada a criação, no final de 2009, de força tarefa para propor a classificação de crimes .
2011/42 ^a	-	No informe da UNESCO sobre estatísticas de educação, foi destacada a revisão da ISCED e a submissão posterior, em outubro de 2011, da nova classificação à Assembleia Geral da UNESCO.
2012/43 ^a	Documento sobre classificações trata do mandato do <i>Expert Group</i> sobre classificações econômicas e sociais para fins estatísticos. Alteração da denominação de “Família Internacional de Classificações Econômicas e Sociais” para “Família Internacional de Classificações Estatísticas”. Em consequência, houve o grupo de especialistas passou a ser denominado “ <i>Expert Group on International Statistical Classifications</i> ”. Esclarecimento do papel do <i>Expert Group</i> - reconhece-se o papel do grupo no apoio a DENU e a outras agências internacionais no desenvolvimento, manutenção, revisão e implantação das classificações internacionais.	Documento do INEGI, México, sobre as estatísticas de crime chama atenção para as lacunas em padrões estatísticos sobre o tema. Menciona a lacuna de classificação de crimes , quer sejam convencionais quer sejam complexos. Descreve proposta, em discussão, que contribuiria, tanto com a comparação nacional, quanto com a internacional. Comenta a classificação de crimes desenvolvida, sob a condução do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, UNODC e da <i>Economic Commission for Europe</i> , testada no continente europeu. Ressalta a importância de se expandir a experiência para outras regiões do mundo. Mesmo conteúdo está registrado em documento específico sobre classificações.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2012/43 ^a	Informa a criação, no âmbito da Conferência de Estatísticas das Américas e Caribe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEA da CEPAL), de grupo de trabalho em classificações estatísticas. Informe sobre ISIC e CPC. Formação de subgrupo para estudar a proposta de revisão da “Classificação de Grandes Categorias Econômicas (BEC)”, considerando, também, o link com o Sistema Harmonizado e com a CPC. Início de próxima revisão da COICOP. A revisão do “System of Environmental Economic Accounting (SEEA)” foi mencionada, como previsão de trabalho posterior em classificações. FAO incluiu, no documento sobre classificações, o informe sobre classificações para fins de estatísticas de pesca.	A UNESCO informou sobre o trabalho dos últimos dois anos, referente ao desenvolvimento da completa ação de revisão que culminou na ISCED 2011. Essa revisão foi formalmente adotada pela 36ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO em novembro de 2011. Em seguida a UNESCO, junto com o Eurostat e a OECD, iniciou o mapeamento dos sistemas educacionais dos países de acordo com a nova classificação. Foi anunciada a preparação de manual operacional para ocorrer até meados de 2012. A primeira coleta (registros administrativos) com base na ISCED ficou proposta para 2014. Quanto à implantação em Censos e pesquisas domiciliares, não se esperava que ocorresse antes de 2015. Foi mencionada a ISCED sobre áreas de formação na educação e em treinamento para a qualificação profissional. O trabalho foi iniciado, com a meta de submissão para adoção pela conferência da UNESCO em 2013. <i>O “Guide to Producing Statistics on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work1 (2005)”</i> apresentava uma versão, dita tentativa, da ICATUS. Alguns países a adotaram e compartilharam experiências. Demandavam da Divisão de Estatística das Nações Unidas uma versão atualizada e final, contemplando a compatibilização com outras classificações, adotadas nacional ou regionalmente, incluindo aquela adotada na pesquisa harmonizada europeia sobre uso do tempo.
2013/44 ^a	Informe sobre o grupo de classificações da CEA/CEPAL. Revisões da COICOP, da Classificação de Grandes Categorias Econômicas e desenvolvimento de classificação sobre terceirização de atividades foram citadas. A DENU atualizou levantamento de classificações utilizadas e realizou manutenção do portal, do newsletter e <i>hotline</i>. A FAO informou sobre versão expandida da CPC 2.1, com relação a alimentos e atividades agrícolas. A FAO desenvolveu base de dados <i>FAOSTAT Commodity List</i>. Inclui funções de busca por código e palavra chave e permite que os usuários busquem e visualizem a correspondência entre a <i>Commodity List</i> e a CPC e Sistema Harmonizado. Foi adotado o “<i>Simple Knowledge Organization System</i>”.	O relatório da reunião do <i>Expert Group</i> sobre Estatísticas de Crime, realizada em Viena de 4 a 6 de fevereiro de 2013, com vistas a Classificação Internacional de Crimes para fins estatísticos (ICCS), estabelece: a. A ICCS é necessária e urgente. Há concordância que a classificação é viável e assegurará melhor consistência e comparabilidade entre dados. A versão então disponível da ICCS se constituiu em base para, a partir de algum trabalho adicional, se caminhar para a finalização de nova classificação. b. O <i>Expert Group</i> também aprovou: o fundamento a partir do qual crimes elementares foram mapeados segundo grandes categorias. Em paralelo, atributos selecionados associados aos crimes seriam usados para descrever categorias adicionais para propósitos analíticos (era esse o caso das características das vítimas e dos infratores). c. Foi sugerida a consulta a outras experiências nacionais e internacionais em classificar crimes.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2013/44 ^a	A DENU tratou, também, no período, a finalização da CPC 2.1.	d. Para o desenvolvimento e testes da ICCS, o <i>Expert Group</i> identifica a necessidade de incluir todas as instituições nacionais e de usar mecanismos diversos para a avaliação da classificação num número grande de países. e. O <i>Expert Group</i> valorizou o trabalho do Centro de Excelência do INEGI/UNODC para estatísticas de governança, segurança pública e vitimização. Foi disponibilizado o relatório do INEGI sobre estatísticas sobre drogas e crime, que também destaca o desenvolvimento da classificação como etapa do <i>road map</i> descrito. Sobre a ISCO-08 foram mencionadas a publicação de 2012 e a discussão entre proceder a ajustes necessários versus revisão mais profunda. O debate a ser conduzido durante a 19^a CIET em final de 2013 foi citado. A OIT informou sobre o trabalho iniciado referente à revisão da Classificação de Categorias de Posição na Ocupação (ICSE), que foi adotada pela 15^a CIET em janeiro de 1993. Atualmente, as posições nas ocupações são classificadas de acordo com o tipo de contrato explícito ou implícito entre o trabalhador e a unidade econômica para a qual trabalha. São cinco as categorias: empregados, empregadores, trabalhadores por conta-própria, membros de cooperativa e trabalhadores em ajuda a membro da família. Questiona-se se tais categorias, nos dias atuais, ofertam cobertura suficiente para monitorar os diversos arranjos de ocupação presentes nos diversos países. UNESCO informou sobre a implementação da ISCED-2011, tipos de qualificação, assim como sobre desenvolvimento da ISCED sobre áreas de estudo. Foram apontadas pela DENU, as ações referentes à ICATUS de modo que sua revisão assegure o atendimento consistente ao amplo conjunto de objetivos associados a estas estatísticas. Eles abarcam políticas econômicas e sociais. A classificação é suporte requerido à disseminação de resultados internacionalmente comparáveis. Estava em curso consulta internacional sobre a ICATUS. A OMS informou a revisão em curso da <i>International Classification of Diseases (ICD)</i>, com publicação prevista para 2015. Uma versão Beta da ICD-11 foi publicada em maio de 2012 para compilação de comentários e propostas adicionais, bem como para testes em campo. O objetivo era a máxima compreensividade e a inclusão dos muitos avanços científicos. Foi aberto espaço para a medicina dita tradicional que, em muitas partes do mundo, é praticada. Evitam-se categorizações, presentes em versões anteriores da ICD, identificadas como desordens.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2015/46 ^a	O <i>Expert Group</i> criou subgrupos técnicos para atuarem sob sua orientação na revisão dos documentos sobre melhores práticas. A intenção era disponibilizar a revisão no portal da DENU, atualizando a composição da família internacional de classificações. O <i>Expert Group</i> confirmou que a família incluiria todas as classificações internacionais que suprem padrões estabelecidos para determinados domínios estatísticos. Seria exigido que fossem explicitamente adotadas CENU ou por fórum similar, com autoridade para tanto. A DENU preparou lista de classificações preliminar e abrangente a ser analisada e discutida pelo <i>Expert Group</i>. Preparação de documento para orientar instituições de custódia sobre características requeridas para uma classificação integrar a família. Também esse documento estava proposto para ser discutido pelo <i>Expert Group</i> em sua reunião de 2015. O <i>Expert Group</i> criou subgrupos técnicos, também, sobre os seguintes assuntos: ISIC, Rev. 4; COICOP, elaboração de proposta de trabalho de revisão desta classificação, bem como de outras classificações de despesas; CPC, versão 2; Classificação de Grandes Categorias Econômicas (BEC), com vistas a refletir mais adequadamente a estrutura econômica vigente. Adicionalmente, o <i>Expert Group</i> continuou a colaborar com os trabalhos desenvolvidos pela FAO.	O <i>Expert Group</i> seguiu colaborando com os trabalhos da <i>United Nations Office on Drugs and crime</i> (UNODC), da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A respeito da ICATUS foi declarado o propósito de se divulgar proposta revisada em 2016. A OIT informou que a ISCO-08 já começava a apresentar questões que mereceriam aprimoramento e que, diante disso, a 19ª CIET se manifestou por necessidade de futura revisão, eventualmente para debate na 20ª CIET em 2018. No que diz respeito à ICSE (adotada pela 15ª CIET em 1993) foi informado que durante a 20ª CIET (2018) seria avaliada nova proposta de classificação e indicadores complementares. O objetivo será atender as expectativas criadas com a reformulação da classificação frente às diferentes inserções em ocupações na atualidade. Foram colocados em discussão pontos pertinentes à Classificação Internacional de Crimes para fins estatísticos (ICCS). Resultou nas seguintes observações e decisões da CENU: (a) A Conferência expressou sua apreciação pelo trabalho feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pelo INEGI e seus parceiros. Endossou a ICCS; (b) Reconheceu a classificação como um padrão internacional para coleta de dados, tanto de registros administrativos quanto em pesquisas amostrais estatísticas, bem como instrumento de análise; (c) Confirmou a UNODC como instituição responsável pela custódia da ICCS, e concordou com a criação de grupo de trabalho para suporte técnico substantivo à manutenção da Classificação; (d) Endossou o plano de implantação proposto para os níveis nacional, regional e internacional e, reconhecendo que os países necessitam de recursos e tempo para efetivá-lo, incentivou implantação gradual; (h) Apelou aos Estados Membros e órgãos eventuais doadores para proporcionarem o recurso necessário para a implantação bem sucedida da Classificação, assim como a de outras atividades do <i>road map</i> proposto para as estatísticas de crime. A OMS está realizando novo processo de revisão da International Classification of Diseases (ICD) com o objetivo de que venha a ser submetida aos membros da OMS em 2017 e divulgada em 2018.
2016/47 ^a	Foi destacada a tendência de agências encaminharem classificações para a CENU para endosso, sem prévia consulta ao <i>Expert Group</i> .	Documento de apoio sobre indicadores de direitos humanos foi disponibilizado.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(continua)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2016/47 ^a	Foi levantada a possibilidade de expansão de estudos das classificações para tópicos relacionados a estatísticas ambientais e gestão de risco de desastres. O <i>Expert Group</i> prosseguiu colaborando com as instituições de custódia, oferecendo suporte em melhores práticas; continuou no aprimoramento de conceitos e princípios e na facilitação da harmonização de classificações relacionadas; seguiu atuando na reformulação de classificações de acordo com os critérios da família internacional. O <i>Expert Group</i> reconheceu as questões dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o crescente interesse na integração de informações estatísticas e geoespaciais. Neste contexto, se destacou ainda que padrões de metadados vão se beneficiar de firme suporte em classificações. Foi acordado o trabalho mais colaborativo entre o Comitê Global de Especialistas em Informações Geoespaciais e o <i>Expert Group</i>. Documentos de apoio sobre a BEC e COICOP foram elaborados. Discussão da ISIC, no que diz respeito à produtores <i>factoryless</i>. Informes sobre a CPC: a inclusão dos produtos agrícolas (em prosseguimento ao trabalho da FAO); comércio internacional de serviços, em particular, referente às Tecnologias da Informação e Comunicação; subgrupo em <i>business functions</i>, questão que surge no contexto do comércio internacional e globalização.	O <i>Expert Group</i> considerou a necessidade identificada para a revisão da ISCO, com respeito aos níveis de qualificação e outras questões estruturais. Uma recomendação, a ser encaminhada a OIT, indicaria a criação de grupo de trabalho para o suporte na definição do escopo da revisão. O <i>Expert Group</i> foi informado dos desdobramentos da 19ª CIET em relação à revisão da ICSE. O <i>Expert Group</i> concordou em dar suporte à OIT e em se envolver mais intensamente com essa revisão. A DENU prossegue com as atividades de revisão da ICATUS, tomando por base: a versão “<i>Trial</i>” para essa classificação, desenvolvida em 2012, assim como a adoção da nova resolução sobre estatísticas do trabalho, ocupação e subutilização da força de trabalho pela 19ª CIET. Uma vez finalizada, a nova versão da ICATUS seria submetida à avaliação do <i>Expert Group</i> e apresentada a CENU para sua adoção.
2017/48 ^a		Relatório descreveu o trabalho realizado para a finalização da nova versão da Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo (Classification of Activities for Time Use Statistics (ICATUS)). A Comissão endossou a ICATUS e o plano de atualização e implementação de manual, bem como de assistência aos países no uso da classificação. A Organização Mundial de Saúde informou a revisão da Classificação Internacional de Doenças (International Classification of Diseases (ICD)) através de processo sistemático, com previsão de implementação em 2018. A 11ª revisão da ICD (ICD-11) está em preparação, incorporando avanços nas ciências da saúde e questões relacionadas observadas no uso da ICD-10 desde 1990.

Quadro 2: Classificações Estatísticas Econômicas e Sociais nas sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) no período de 2000 a 2018

(final)

CENU Ano/sessão	Itens Gerais e específicos não relacionados à área social	Classificações Sociais
2017/48 ^a		OMS informou suporte ao desenvolvimento da <i>International Classification of Health Interventions (ICHI)</i> desde 2007. ICHI cobre as diferentes partes dos sistemas de saúde e contém muitos aspectos não encontrados em classificações nacionais. A ICHI correntemente existe em versão alfa. Uma versão beta está planejada para implantação em meados de 2017, com finalização prevista para 2019. OMS apresentou informe sobre o aprimoramento da <i>Classification of Functioning, Disability and Health (CFDH)</i> .
2018/49 ^a	Classificações e questões debatidas no âmbito do Expert Group que extrapolam as questões do domínio das Estatísticas Sociais: Classificações no Sistema de Contas Econômicas Ambientais; Modelo estatístico genérico e metadados em classificações; Redução de riscos de desastres. A Comissão foi convidada a endossar a revisão da <i>Classification of Individual Consumption According to Purpose (COICOP 2018)</i> para uso como um padrão internacional.	Sobre ações em curso no âmbito do Expert Group o document sobre classificações aborda: Implantação da <i>International Classification for Crime Statistics (ICCS)</i> pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNDOC); processo de revisão da <i>International Classification of Status in Employment (ICSE-93)</i> , também mencionada no informe da OIT, em que se colocou para consideração da Comissão um conjunto de padrões internacionais para as estatísticas referentes às relações no trabalho para substituir a ICSE-93 ; Desenvolvimento de padrão estatístico e classificação para identidade de gênero, orientação sexual e identidade sexual na Austrália, Canadá e Nova Zelândia;

Fonte: Elaboração própria.

O levantamento dessas discussões e debates nas sessões da CENU revela a complexidade inerente ao trabalho com classificações, bem como a resiliência na observação da realidade e no aprimoramento dos instrumentos classificatórios, com a finalidade de mantê-los consistentes com os objetivos que lhes são atribuídos.

Em continuação, com base nas ações registradas no quadro 2, que apontam as orientações que emergem da CENU, em referência às Classificações para as Estatísticas Sociais, destacam-se para observação no próximo capítulo as seguintes classificações: **ISCO**, **ICSE**, **ISCED**, **ICCS** e **ICATUS**. Concernentes a elas, são apresentados características e estado da arte registrado internacional e nacionalmente. As classificações da área de saúde, que estão sob a custódia da OMS (identificadas como Família Internacional de Classificações em Saúde) serão comentadas, porém, em linhas gerais.

Por fim são apresentadas, também, outras classificações para fins de estatísticas sociais utilizadas pelo IBGE, tradicionalmente adotadas para a caracterização dos universos populacionais investigados através das pesquisas domiciliares, pesquisas sociais em estabelecimentos e das operações censitárias sobre a população e sobre a agropecuária.

III. Classificações da Família Internacional e outras para fins de estatísticas sociais: características gerais e estado da arte

Os tópicos que seguem apresentam características gerais e o estado da arte de cada uma das classificações, cuja evolução no tempo foi apresentada no quadro 2 e que, em geral, são pertencentes à Família Internacional de Classificações.

Esta parte do texto resulta de compilação de documentos elaborada a partir do que aqui se denomina o sistema ONU para classificações estatísticas. Este sistema envolve a DENU, a CENU, o *Expert Group on International Statistical Classifications* e as agências ONU que custodiam classificações.

Conforme visto, são abordadas aqui, também, outras classificações utilizadas nas estatísticas sociais produzidas pelo IBGE.

Para focalizar ambos os conjuntos de classificações, foi explorada, também, a documentação produzida por áreas temáticas da Diretoria de Pesquisas, assim como pela COCAD, sobre as diferentes classificações, incluindo os relatórios relacionados a classificações para fins de estatísticas sociais do encontro nacional de usuários e produtores de informações, Infoplan⁷, realizado em dezembro de 2016.

Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (*International Standard Classification of Occupations - ISCO*)

a) Aspectos gerais

A Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - ISCO se apresenta organizada em categorias definidas de acordo com as tarefas e responsabilidades inerentes às diversas ocupações.

Assim, a classificação de ocupações é a ferramenta que permite organizar todos os trabalhadores numa série de grupos, definidos de acordo com as tarefas que a pessoa desempenha em seu trabalho. A definição destes agrupamentos é feita a partir de critérios que

⁷ Este evento está inserido em um contexto histórico de realização periódica da Conferência Nacional de Estatística – CONFEST e da Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE. Estas Conferências têm por objetivo avaliar a produção, a disseminação e a utilização de informações de natureza estatística e geocientífica. Para seu sucesso tem sido fundamental a participação de um amplo conjunto de atores formado pelos diversos órgãos produtores e usuários de informações. CONFERÊNCIA Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais - INFOPLAN, 3., 2016, Rio de Janeiro. In: IBGE. 2018. Disponível em: <<https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

levam em conta o nível de qualificação do trabalhador, as exigências de treinamento formal ou informal e a especialização na área de conhecimento ou atividade em que trabalha.

A custódia dessa classificação é da Organização Internacional do Trabalho que a considera como uma das mais importantes classificações dentre as que são de sua responsabilidade. A ISCO pertence à família internacional de classificações estatísticas.

Os objetivos principais da ISCO correspondem à provisão de: uma base para a comparação e intercâmbio de estatísticas e dados administrativos sobre ocupação; um modelo para o desenvolvimento de classificações de ocupação nacionais e regionais; um sistema que possa ser utilizado diretamente por países que não possuam suas próprias classificações nacionais.

Para além da aplicação estatística, a ISCO é proposta para atender situações tais como: análises sobre vagas em ocupação diante da procura, o monitoramento de movimentos migratórios de curto e longo prazo de trabalhadores entre países e o desenvolvimento de programas de treinamento e orientação de trabalhadores ou potenciais trabalhadores.

A primeira versão da ISCO foi adotada em 1957 pela 9ª CIET, denominada a ISCO-58. As versões seguintes foram a ISCO-68 (adotada pela CIET de 1966) e a ISCO-88 (adotada pela CIET de 1987). Classificações nacionais da atualidade ainda se baseiam em alguma dentre essas três versões, segundo o portal da International Labor Organization – ILO⁸.

b) Aspectos gerais da versão atual e estrutura de grupos e subgrupos

A versão vigente, a ISCO-08, levou em conta as mudanças observadas no mundo do trabalho desde 1988, assim como os aprimoramentos identificados à luz da experiência com a utilização da ISCO-88.

A atualização manteve princípios básicos e a estrutura ao nível mais agregado da ISCO-88, porém, mudanças expressivas foram feitas em algumas áreas. A classificação foi adotada em dezembro de 2007, em reunião de grupo de especialistas com representação tripartite (trabalhadores, empregadores e governos). Foi endossada pelo *Governing Body* da OIT em março de 2008.

São apresentados, no quadro 3, os grandes grupos e subgrupos, conforme disponibilizados no portal da OIT. Propositadamente não estão traduzidos, para evitar as naturais dificuldades com nomenclatura inerentes à tradução de termos técnicos.

⁸ILO, International Standard Classification of Occupations, 2008. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

Quadro 3: ISCO 2008: Grupos e subgrupos principais

1 Managers 11 Chief Executives, Senior Officials and Legislators 12 Administrative and Commercial Managers 13 Production and Specialized Services Managers 14 Hospitality, Retail and Other Services Managers 2 Professionals 21 Science and Engineering Professionals 22 Health Professionals 23 Teaching Professionals 24 Business and Administration Professionals 25 Information and Communications Technology Professionals 26 Legal, Social and Cultural Professionals 3 Technicians and Associate Professionals 31 Science and Engineering Associate Professionals 32 Health Associate Professionals 33 Business and Administration Associate Professionals 34 Legal, Social, Cultural and Related Associate Professionals 35 Information and Communications Technicians 4 Clerical Support Workers 41 General and Keyboard Clerks 42 Customer Services Clerks 43 Numerical and Material Recording Clerks 44 Other Clerical Support Workers 5 Services and Sales Workers 51 Personal Services Workers 52 Sales Workers 53 Personal Care Workers 54 Protective Services Workers	6 Skilled Agricultural, Forestry and Fishery Workers 61 Market-oriented Skilled Agricultural Workers 62 Market-oriented Skilled Forestry, Fishery and Hunting Workers 63 Subsistence Farmers, Fishers, Hunters and Gatherers 7 Craft and Related Trades Workers 71 Building and Related Trades Workers (excluding Electricians) 72 Metal, Machinery and Related Trades Workers 73 Handicraft and Printing Workers 74 Electrical and Electronic Trades Workers 75 Food Processing, Woodworking, Garment and Other Craft and Related Trades Workers 8 Plant and Machine Operators and Assemblers 81 Stationary Plant and Machine Operators 82 Assemblers 83 Drivers and Mobile Plant Operators 9 Elementary Occupations 91 Cleaners and Helpers 92 Agricultural, Forestry and Fishery Labourers 93 Labourers in Mining, Construction, Manufacturing and Transport 94 Food Preparation Assistants 95 Street and Related Sales and Services Workers 96 Refuse Workers and Other Elementary Workers 0 Armed Forces Occupations 01 Commissioned Armed Forces Officers 02 Non-commissioned Armed Forces Officers 03 Armed Forces Occupations, Other Ranks
--	--

Fonte: ILO. International Standard Classification of Occupations, 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/>. Acesso em: 20 mai. 2017.

c) Implantação no Brasil

A ISCO, atualmente, é utilizada segundo duas aplicações e versões no Brasil: a adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),

com base na versão ISCO-88 e a outra, pelo IBGE, a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), com base na versão ISCO-08.

Essa duplicidade decorre de que, quando o IBGE iniciou atividades de implementação de classificação nacional adaptada a ISCO-08, as tratativas para viabilizar o trabalho conjunto com o MTE não foram bem-sucedidas. Não foi possível, portanto, repetir a parceria realizada na década de 1990, com vistas a utilização da ISCO-88. Tal trabalho, à época, permitiu coordenar os ajustes da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a criação da CBO-Domiciliar, denominação da classificação, compatível com a CBO, para uso nas pesquisas domiciliares do IBGE na década de 2000.

A iminência do Censo 2010, bem como o desenvolvimento do projeto de reformulação e aprimoramento de pesquisas domiciliares, levou o IBGE a desenvolver a Classificação de Ocupações para pesquisas Domiciliares (COD), com base na ISCO-08. Na elaboração da estrutura da COD procurou-se manter a compatibilidade com a ISCO-08 para facilitar a correspondência com futura atualização da CBO.

A COD é compatível com a ISCO-08 a dois dígitos, ou seja, em relação aos subgrupos principais, é excessão o grande grupamento Forças Armadas, uma vez que os subgrupamentos a dois dígitos incluem as seguintes três categorias: oficiais, suboficiais e outros membros das forças armadas. No Brasil a separação entre as duas últimas categorias não se mostrou pertinente, por não corresponder à prática corrente nas instituições. Existe ainda correspondência entre a COD e a ISCO-08 a 4 dígitos em 8 grandes grupos e, a 3 dígitos, no grande grupo 6.

O MTE segue adotando a Classificação Brasileira de Ocupações 2002, cuja estrutura se baseia na ISCO-88.

d) Próximos passos

Existe interesse do IBGE para retomar o trabalho conjunto com o MTE, com vistas à atualização da CBO com base na ISCO-08.

Em caso de se confirmar a impossibilidade de unificação da COD com a CBO atualizada a partir da ISCO-88, deverão ser definidos e elaborados procedimentos e documentação para estabelecer a correspondência da CBO revisada com a COD.

As tabelas de correspondência com a ISCO-88 e com a CBO-2002 devem fazer parte desse trabalho conjunto, assim como a definição da documentação a disponibilizar sobre a CBO e a COD, uma vez que ambas possuem usuários em nível nacional e internacional. A atualização

do portal da Comissão Nacional de Classificações – CONCLA⁹ deverá ser, também, parte desse trabalho.

Em particular, sob o ponto de vista dos estudos sobre trabalho em que são utilizadas as bases de dados produzidas pelo IBGE e as bases de dados administrativos sob a responsabilidade do MTE, é fundamental que se concretize a mencionada compatibilidade entre COD, CBO e ISCO-08.

Na Infoplan, a sessão específica sobre esta classificação teve por objetivo central esta retomada de atuação coordenada entre o IBGE e o MTE para a adoção da ISCO-08 no Brasil.

A discussão, coordenada pelo IBGE, contou com a participação de representantes da OIT e do MTE. A partir do relato final alguns aspectos se destacam.

A representante do MTE registrou que a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002, adotada pelo MTE, trata-se de um documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro.

Citou, também, que a CBO apenas reconhece ocupações, não possuindo competência para regulamentação de profissões e que a CBO se firmou no País a partir de um convênio realizado entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho, celebrado em 1977.

Mencionou que atualmente a CBO 2002 recebe atualizações anuais e que, para o banco de descritores, são utilizadas informações prestadas por especialistas de cada área a que se refere a ocupação. Participam: trabalhadores, associações; e entidades técnicas, profissionais, representativas e educacionais.

O IBGE informou que a COD foi adotada pelo IBGE a partir do Censo 2010, sendo adotada nas pesquisas Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) e na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2012 e 2013, respectivamente.

O representante da OIT destacou as diferentes versões da ISCO (88 e 08) vigentes no Brasil, a COD (ISCO-08), aplicada às informações da PNAD -C e da PNS, bem como da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), e a CBO (ISCO-88), para fins de registros administrativos, sendo usada principalmente pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, Seguro- desemprego, Carteira de Trabalho, etc. A representante do MTE destacou que a CBO 2002 possui uma tábua de correspondência com a ISCO-08.

⁹ Comissão Nacional de Classificações. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Como conclusão da sessão, registraram-se duas recomendações do representante da OIT. A primeira, no sentido de que os países adotem a ISCO-08, ainda que com adaptações às respectivas realidades. A segunda, específica para o Brasil, sugere a retomada das relações de parceria entre o MTE e o IBGE, com vistas a unificação do processo de atualização da classificação de ocupações, com base na versão vigente, a ISCO-08.

Tais medidas mostram-se particularmente necessárias tendo em vista o planejamento em curso do Censo Demográfico 2020.

Classificação Internacional de Categorias de Posição na Ocupação (*International Classification on Status on Employment-ICSE*)

a) Características gerais da classificação

A Classificação Internacional de Categorias de Posição na Ocupação (ICSE) corresponde a um conjunto de valores discretos que podem ser atribuídos, nas operações censitárias, pesquisas por amostragem ou em registros administrativos, à variável “tipo de contrato das pessoas com outra pessoa ou organização quando realizam um conjunto particular de tarefas”.

O tipo de contrato é determinado pelo tipo de riscos e pela relação de autoridade que são envolvidos quando da realização das tarefas e obrigações. Assim, a classificação indica a qualidade da inserção no mercado do trabalho e suas implicações sobre as condições de vida da população. Subsidia políticas de geração de trabalho remunerado, de combate à pobreza, propiciando estudos diversos, a exemplo daqueles relacionados a gênero e implicações na qualidade da inserção no trabalho remunerado.

A custódia desta classificação é da Organização Internacional do Trabalho e a versão vigente, ICSE-1993, foi adotada pela 14ª CIET. São as seguintes, as categorias da ICSE-1993: empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria, membros de cooperativa de produtores, trabalhadores familiares em apoio a membro do domicílio ou da família¹⁰.

¹⁰ A denominação dessa categoria quando da adoção da ICSE-1993 / CISE-93 era "trabalhadores familiares auxiliares". Na PNAD, foi adotado o nome “trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio” (não incluía parente em outro domicílio). A PNAD-C amplia o conceito e passa a identificar, em acordo com a evolução observada nos debates mais recentes da Organização Internacional do Trabalho, a categoria como “trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou da família”. Observe-se que este trabalhador não se enquadra como não remunerado, uma vez que se apropria do rendimento resultante do negócio familiar. Neste sentido cabe ser considerada a exclusão da expressão “não remunerado” utilizada pelo IBGE. Na apresentação dessa discussão sobre ICSE, que antecedeu a XX CIET, adota-se a denominação consistente com a resolução da XIX CIET sobre as diferentes formas de trabalho, isto é “Trabalhador auxiliar em ajuda a membro do domicílio ou da família”.

A primeira iniciativa em direção à classificação de trabalhadores segundo a posição na ocupação ocorreu em 1938 pelo *Committee of Statistical Experts of the League of Nations*. Este comitê que recomendou a classificação da população de trabalhadores nas seguintes categorias: empregadores, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares não remunerados e empregados assalariados. As 6ª e 8ª CIET (realizadas em 1946 e 1954, respectivamente) ratificaram essas quatro categorias. Em 1958, a CENU aprovou recomendações sobre censos populacionais para a adicionar a categoria “*members of producers’ cooperatives*”.

b) Linhas gerais da revisão

A OIT informou, durante a 44ª sessão da CENU em 2013, o início do trabalho, com vistas à revisão da Classificação de Categorias de Posição na Ocupação (**ICSE-1993**).

Seguem as definições das categorias contempladas na ICSE-1993, conforme o portal da OIT (tradução livre da versão inglesa).

- ✓ **Empregados assalariados (*employees*)** são aqueles que recebem remuneração básica independentemente da renda do empregador (ou do faturamento do empreendimento). No que tange a esse grupo, países podem distinguir “empregados com contratos estáveis” (incluindo empregados regulares), desde que as inserções de trabalho vigentes possibilitem esse destaque.
- ✓ **Empregadores (*employers*)** são aqueles trabalhadores independentes, isto é, cuja remuneração depende diretamente de (expectativa de) lucros derivados dos bens e serviços produzidos. Além disso, possuem um ou mais empregado em base contínua.
- ✓ **Trabalhadores por conta própria (*own-account workers*)** são aqueles trabalhadores independentes que não possuem empregados em bases contínuas;
- ✓ **Membros de cooperativa de produtores (*members of producers' cooperatives*)** são aqueles que possuem trabalho independente em cooperação para produção de bens e serviços, onde os membros participam em igualdade de condições nas principais decisões sobre a cooperativa;
- ✓ **Trabalhadores em ajuda a membro do domicílio ou da família (*contributing family workers*)** são aqueles trabalhadores independentes em estabelecimento operado por pessoa do domicílio ou família, com um grau limitado de envolvimento nas atividades para serem considerados sócios;

- ✓ **Trabalhadores não classificáveis em posição na ocupação (workers not classifiable by status)** são aqueles sobre os quais as informações disponíveis são insuficientes e/ou que não são passíveis de serem incluídos em qualquer categoria dentre as precedentes.

A seguir são listados aspectos principais da revisão da ICSE-1993, observados pela COCAD, a partir da análise do documento preliminar preparado pela área de métodos estatísticos da Diretoria de Estatísticas da OIT. O referido documento foi elaborado para subsidiar a primeira reunião (maio de 2015) de grupo de especialistas criado para desenvolver estudos referentes à revisão da classificação de posição na ocupação (*International Classification of Status in Employment* - ICSE-93). Esperava-se desse grupo de especialistas a elaboração de proposta de classificação que foi submetida à apreciação da 20ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), realizada em 2018.¹¹

Segue resumo das ideias centrais do documento.

- ✓ Essa classificação já não atendia ao adequado monitoramento das diversas formas de arranjo de trabalho. Em especial as categorias não são suficientemente detalhadas para a identificação de condições de ocupação precárias ou fora de padrão.
- ✓ Deve ser considerada a resolução sobre Trabalho, ocupação e subutilização da força de trabalho aprovada pela 19ª CIET em 2013. Um aspecto a levar em conta é expandir a classificação para além da ocupação, cobrindo outras formas de trabalho. Essa resolução trata das várias formas de trabalho (em ocupação, na produção para o próprio consumo, em formação não remunerada e voluntário).
- ✓ Outras resoluções ou construções teóricas que serão, idealmente, levadas em conta na elaboração da nova classificação: o manual SNA 2008; Resolução da OIT de 2003 sobre o tempo do trabalho; resoluções sobre o setor informal e a ocupação informal e sobre rendimentos relacionados com a ocupação; definições referentes às classificações de ocupação (ISCO-08), de atividades (ISIC 04) e de uso do tempo (ICATUS); aspectos da legislação internacional relativa a trabalho são indicados para serem observados.
- ✓ É ampla a gama de questões sobre as diversas formas de inserção no trabalho e por isso uma possibilidade seria complementar a estrutura de classificação, que venha a ser desenhada, com um conjunto de variáveis a investigar. Algumas características

¹¹ Ver descrição, em linhas gerais, desse processo de elaboração de resoluções e adoção pelas CIET em Quintslr (2014).

que seriam representadas por tais variáveis se sobrepõem em diversas situações de ocupação o que dificulta sua atribuição como categoria da classificação.

- ✓ Alguns aspectos gerais serão abordados: definição de novo arcabouço conceitual pertinente aos novos arranjos e que propicie ampliar a classificação para cobrir a inserção em outras formas de trabalho, portanto, para além da ocupação; avaliação da relevância em se manter explícita na classificação a dicotomia entre empregados e trabalhadores independentes; aplicabilidade do marco conceitual a ocupações informais e a coerência com orientações conceituais sobre informalidade. Tópicos específicos são apontados a seguir e deverão impactar os delineamentos gerais da classificação.
- ✓ Um aspecto chave esperado da revisão é que as categorias e os conceitos estabelecidos sejam relevantes para aplicação em todas as regiões do mundo, incluindo aquelas onde arranjos informais predominem. A 49ª CENU considerou o informe da Organização Internacional do Trabalho sobre a revisão da ICSE que seria submetida a aprovação pela 20ª CIET.

Seguem os destaques da resolução adotada durante a 20ª CIET, realizada em outubro de 2018.

Os padrões estabelecidos pela resolução da mencionada CIET incluem estatísticas sobre relações e vínculos do trabalho referentes a: relações de autoridade entre o trabalhador e a unidade econômica em que ou para que o trabalho é realizado; os riscos econômicos incorridos a partir do contrato estabelecido ou por outras condições sob as quais o trabalho é realizado. Tais estatísticas se relacionam a todas as formas de trabalho, incluindo a produção para o próprio consumo, a ocupação, o treinamento não remunerado, o trabalho voluntário e outras formas de trabalho.

A versão ICSE-18, sobre os vínculos no trabalho remunerado ou, segundo nomenclatura nacional, vínculos na ocupação, se apresenta segundo duas estruturas. Uma delas privilegia o enfoque das relações a partir do tipo de autoridade (ICSE-18-A) e a outra a partir dos riscos incorridos (ICSE-18-R). Uma classificação internacional de situação no trabalho (todas as formas de trabalho) também foi proposta, sendo designada como ICSaW. A resolução apresenta as estruturas adotadas, conceitos e notas explicativas. Seguem as estruturas constantes da resolução da CIET (mantém-se o idioma inglês, por ser cedo para estar consolidada versão para o português).

Quadro 4: *International Classification of Status in Employment according to type of authority (ICSE-18-A)*

Independent workers are classified into the following groups A. Employers: 11 – Employers in corporations. 12 – Employers in household market enterprises. B. Independent workers without employees: 21 – Owner-operators of corporations without employees. 22 – Own-account workers in household market enterprises without employees.
Dependent workers are classified into the following groups C. Dependent contractors: 30 – Dependent contractors. D. Employees: 41 – Permanent employees. 42 – Fixed-term employees. 43 – Short-term and casual employees. 44 – Paid apprentices, trainees and interns. E. Contributing family workers: 51 – Contributing family workers.

Fonte: ILO. Department of Statistics, **Resolution concerning statistics on work relationships**. 20th International Conference on Labor Statistics, Geneva, 2018.

A ICSE-18-A é suporte para várias análises sobre o mercado de trabalho, incluindo políticas relacionadas com a regulação e a criação de postos de trabalhos. Atende também a olhares sobre diferentes condições socioeconômicas como explicativas de diferentes inserções na ocupação.

Quadro 5: *International Classification of Status in Employment according to type of economic risk (ICSE-18-R)*

Workers in employment for profit F. Independent workers in household market enterprises: 12 – Employers in household market enterprises. 22 – Own-account workers in household market enterprises without employees. C. Dependent contractors: 30 – Dependent contractors. E. Contributing family workers: 51 – Contributing family workers.
Workers in employment for pay G. Owner-operators of corporations: 11 – Employers in corporations. 21 – Owner-operators of corporations without employees. D. Employees: 41 – Permanent employees. 42 – Fixed-term employees. 43 – Short-term and casual employees. 44 – Paid apprentices, trainees and interns.

Fonte: ILO. Department of Statistics, **Resolution concerning statistics on work relationships**. 20th International Conference on Labor Statistics, Geneva, 2018.

A ICSE-18-R provê dados para as contas nacionais, identificando remunerações e sua distribuição para análise de riscos impostos por ciclos econômicos e políticas de governamentais sobre mercado de trabalho. As estatísticas sobre rendimentos e sobre custos do trabalho também se beneficiam dessa classificação.

Quadro 6: *International Classification of Status at Work (ICSaW-18)*

Independent workers

1. Employers:

- 11 – Employers in corporations.*
- 12 – Employers in household market enterprises.*
- 13 – Employers in own-use provision of services.*
- 14 – Employers in own-use production of goods.*

2. Independent workers without employees:

- 21 – Owner-operators of corporations without employees.*
- 22 – Own-account workers in household market enterprises without employees.*
- 23 – Independent workers in own-use provision of services without employees.*
- 24 – Independent workers in own-use production of goods without employees.*
- 25 – Direct volunteers.*

Dependent workers

3. Dependent contractors:

- 30 – Dependent contractors.*

4. Employees:

- 41 – Permanent employees.*
- 42 – Fixed-term employees.*
- 43 – Short-term and casual employees.*
- 44 – Paid apprentices, trainees and interns.*

5. Family helpers:

- 51 – Contributing family workers.*
- 52 – Family helpers in own-use provision of services.*
- 53 – Family helpers in own-use production of goods.*

6. Unpaid trainee workers:

- 60 – Unpaid trainee workers.*

7. Organization-based volunteers:

- 70 – Organization-based volunteers.*

9. Other unpaid workers:

- 90 – Other unpaid workers.*

Fonte: ILO. Department of Statistics, **Resolution concerning statistics on work relationships**. 20th International Conference on Labor Statistics, Geneva, 2018.

c) Impactos do processo de implantação no Brasil

O IBGE adota na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua a resolução da 19ª CIET referente às estatísticas do trabalho, ocupação e subocupação da força de trabalho. Será, portanto, beneficiado pela revisão da ICSE-1993, porque um dos objetivos dessa reformulação é exatamente a adaptação à essa resolução adotada na 19ª CIET.

Interessa ao IBGE, assim como aos produtores de outras bases de informação, inclusive de registros administrativos, destrinchar a resolução da 20ª CIET, referente a ICSE-18, de modo a identificar na futura classificação a melhor forma de incorporar a evolução do mercado de

trabalho desde 1993 no País. É desejável, também, que seja factível em termos da operacionalidade de sua implantação em censos, pesquisas por amostragem e registros administrativos.

Essa definição é de interesse, também, dos usuários dessas fontes de informações: área acadêmica, instituições de pesquisa, planejamento e gestores de políticas públicas nas diversas esferas de governo, representações de trabalhadores e de empregadores.

d) Próximos passos

Conforme visto, o IBGE promoveu a Infoplan, encontro com usuários e produtores de informações estatísticas e geocientíficas para o planejamento, no Rio de Janeiro em dezembro de 2016. Para esse evento, a área de classificações e a de estatísticas de trabalho e rendimentos da Diretoria de Pesquisas organizaram uma sessão sobre a revisão em curso da ICSE, com o objetivo de criar grupo de discussão dessa reformulação no Brasil, tendo em vista a preparação para a 20ª CIET em 2018.

O relatório da sessão da Infoplan sobre a ICSE inicia com a declaração, pela representante do IBGE, dos objetivos do debate: avaliar a aplicação e impacto da revisão da classificação na produção, análise e uso de estatísticas do trabalho no Brasil; estabelecer um grupo de trabalho para acompanhar e debater as alterações propostas, com vistas à 20ª CIET (2018), quando a adoção da nova versão da ICSE seria avaliada.

O representante do Instituto Nacional de Estatísticas chileno, INE-Chile, ademais de concordar com necessidade de atualização da ICSE, comentou: no que diz respeito à experiência na América Latina com a ICSE-1993, que a maioria dos países utiliza uma classificação adaptada a nível nacional; que a subordinação ou autonomia na organização do trabalho é o critério mais utilizado pelos países para classificar os trabalhadores; identifica algumas disparidades no tratamento da classificação. Concluiu, reforçando a necessidade de atualização da ICSE, destacando o fenômeno da terceirização como uma preocupação, lembrando a questão de ruptura de séries históricas e avaliando que é inevitável que os países adaptem a ICSE à realidade dos respectivos mercados de trabalho.

O palestrante do MTE pautou suas considerações sob o ponto de vista da gestão de políticas públicas, dentre as quais se destacam: a necessidade de que sejam contemplados riscos econômicos incorridos pelo empregador e pelo trabalhador; o uso de variáveis complementares tais como tempo de contrato, local de trabalho e forma de remuneração; definição de variáveis específicas para os trabalhadores informais; sugestão de incorporação de “membros de cooperativas produtivas” nas pesquisas do IBGE.

O representante da Confederação Nacional das Indústrias - CNI ratificou a necessidade de se revisitar e reclassificar o padrão do que seriam os novos arranjos de emprego, incluindo formas de identificação dos últimos e destacou a importância de se identificar claramente, dentro das empresas, quem seria o empregador (do ponto de vista legal) e como se dão os vínculos (arranjos) de trabalho. Ressaltou, também, a necessidade de, sobre empreendedor/empreendedorismo, se quantificar e definir melhor o conceito, de acordo com os arranjos atuais mais modernos e complexos.

A representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEES) ratificou que a ICSE -1993 não alcança a complexidade das relações sociais de produção atuais. Em seguida, citou alguns desafios da atualização da classificação: abordagem adequada do surgimento de novas formas de inserção; utilidade para intervenção pública e à proteção social; clareza nos limites classificatórios entre grupos principais; comparação internacional. Destacou ainda as dificuldades práticas inerentes a reformulações de profundidade – alteração de questionários e ruptura de séries históricas, além da dificuldade de adesão integral a um padrão internacional, diante de especificidades locais da inserção no mercado de trabalho.

Como resultado da sessão observou-se que foi geral a concordância com a necessidade de atualização da ICSE-1993, todos os participantes se mostram dispostos a rever a classificação em seus âmbitos de atuação, em que pese não se tenha avançado em compromisso formal. Foi consensual, também, a indicação para se construir um posicionamento regional (América Latina), com relação à nova versão da ICSE. Ficou, também, a sugestão para criação de grupo de trabalho no Brasil, como preparação para a 20ª CIET.

Posteriormente, com a efetivação da 20ª CIET, mais ainda fica patente a necessidade desses debates nacionais e regionais referidos à versão ICSE-18.

O informe da 49ª Sessão da CENU deverá ser levado em conta neste desdobramento nacional, assim como as conclusões e a resolução estabelecida na 20ª CIET que ratificam uma abordagem conceitual nova para os tipos de vínculo ou relações correspondentes aos trabalhadores atuantes em todas as formas de trabalho, conforme apresentado na seção anterior.

Cabe destacar que, ademais do grupo de discussão interinstitucional nacional, mencionado no tópico anterior, é de interesse que o debate sobre a ICSE-18 se aprofunde, também, entre as diversas áreas da Diretoria de Pesquisas, que utilizam as estatísticas de mercado de trabalho nas análises e investigações que produzem.

Um desdobramento importante da classificação de posição na ocupação ou, de acordo com as novas resoluções, de forma de inserção no trabalho, se refere à construção da categoria de emprego informal (de grande importância para o monitoramento do mercado de trabalho brasileiro). Existem algumas propostas de categorias, uma delas da OIT (perfil do trabalho decente no Brasil de 2009 e 2011) e que vem sendo utilizada nas divulgações da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.

No âmbito do debate e definição dos indicadores para o desenvolvimento sustentável, no entanto, vem sendo discutida uma outra classificação que, em princípio, não estaria utilizando a nova classificação proposta na 20ª CIET que contém diversas desagregações. Essa conceituação do trabalho informal deve ser, portanto, pontuada explicitamente em futuro encaminhamento sobre a adaptação das recomendações da 20ª CIET no Brasil.

Destaque-se que, além das pesquisas domiciliares por amostragem, no que diz respeito ao IBGE essa atualização impacta também o Censo Agropecuário e o Censo Demográfico. Assim, a proximidade do Censo Demográfico de 2020 impõe prioridade a essas definições.

Classificação de Educação – programas, nível de instrução e temas dos programas **(*International Standard Classification of Education – ISCED*)**

a) Aspectos gerais

Para compreender e interpretar propriamente as iniciativas, processos e resultados dos diferentes sistemas educacionais a partir de uma perspectiva global é vital assegurar que os dados sejam comparáveis. Esse é o objetivo central da Classificação Padrão Internacional em Educação (*International Standard Classification of Education - ISCED*), usada para categorizar e relatar estatísticas educacionais comparáveis internacionalmente.

A custódia dessa classificação é da UNESCO.

A ISCED decorre da consideração geral de que os sistemas educacionais nacionais diferem em termos de estrutura e de grade curricular, o que pode dificultar o estabelecimento de um desempenho padrão entre países ao longo do tempo, bem como o monitoramento do progresso em direção a objetivos nacionais e internacionais.

A ISCED é designada para servir como um marco para classificar atividades educacionais, definidas nos programas e nas resultantes qualificações categorizados segundo internacionalmente acordados. Os conceitos básicos e as definições da ISCED são pensados para serem globalmente aplicáveis, sendo aglutinadores de espectros completos dos sistemas educacionais.

A aplicação da ISCED facilita a transformação de dados educacionais nacionais detalhados sobre o público alvo, provedores e patrocinadores dos sistemas educacionais, compilados com base em conceitos e definições nacionais, em categorias agregadas que podem ser comparadas internacionalmente.

Estatísticas educacionais reunidas de acordo com a ISCED podem ser obtidas a partir de registros administrativos, censos e pesquisas sobre indivíduos ou domicílios e estatísticas macroeconômicas agregadas.

A ISCED é um sistema classificatório que, para atender o tema geral educação, abrange três segmentos de interesse representados em três estruturas de classificação: cursos ou programas dos sistemas educacionais (ISCED-P) nos quais os estudantes se alocam, a qualificação educacional do estudante (ISCED-A), isto, é o nível de instrução mais elevado alcançado pelas pessoas, e, por fim, campo ou área temática do curso ou programas (ISCED-F). As letras utilizadas após e a sigla de identificação geral da classificação, correspondem aos termos em inglês: P de “*program*”, A de “*attainment*” e F de “*Field*”.

A versão da classificação, ISCED 2011, foi adotada pela 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO em novembro de 2011.

A classificação foi inicialmente desenvolvida na década de 1970. A primeira revisão resultou na ISCED-1997. A versão vigente (2011) resultou da revisão desta de 1997.

A revisão da ISCED 2011 se concentrou nas ISCED-P e ISCED-A. Durante o processo de revisão foi decidido que os campos educacionais deveriam ser examinados em processo a parte, de forma a se estabelecer classificação de campos independentes, porém relacionada com as ISCED P e A, com possibilidade de ser revista segundo intervalos de tempo consistentes com o surgimento de novos campos ou de adaptação dos existentes.

Assim a última revisão resultou na versão 2013 da ISCED-F, ISCED Campos de Educação e Treinamento, que segue como parte do sistema ISCED.

b) Linhas gerais da última revisão

No que diz respeito à ISCED-P e a ISCED-A, a versão 2011 inclui, em relação à versão anterior (1997), significativos aprimoramentos. Categorias foram adicionadas para contemplar a expansão da educação na mais tenra infância e a reestruturação da educação terciária. Novidades incluem também:

- ✓ A introdução de qualificações educacionais alcançadas, como uma unidade estatística relacionada com os programas educacionais;

- ✓ O esquema de código de três dígitos para os níveis de programas educacionais e níveis de escolaridade (educational attainment), de modo a qualificar aspectos relevantes dos programas e dos níveis de escolaridade;
- ✓ A inclusão de uma seção sobre a governança da ISCED no documento da UNESCO que apresenta a nova versão da classificação; e
- ✓ O aporte de um glossário ampliado.

Tais aprimoramentos foram introduzidos por um painel de consultoria técnica, com a participação de especialistas em educação e estatísticas e de relevantes organizações internacionais e parceiros, tais como Eurostat e OECD. O amplo processo de revisão incluiu, também, uma série de reuniões com especialistas locais e uma consulta formal global, coordenada pelo Institute for Statistics (UIS) da UNESCO, em que todos os parceiros da UNESCO foram convidados a tomar parte.

Segundo proposta de implantação, os Estados membros aplicariam a ISCED 2011 na publicação de suas estatísticas de educação a partir de 2014. Está em curso nos países a implantação da ISCED-P e ISCED-A (versão 2011), cuja previsão de início era 2014, conforme apontado na 43ª sessão da CENU.

Os níveis das ISCED P e A, isto é, o primeiro dígito de ambas as classificações são coincidentes e se apresentam no Quadro 7, em tradução livre do inglês que considera a nomenclatura adotada no Brasil.

É importante notar que, a uma mesma pessoa, podem ser associados níveis diferentes das ISCED-P e da ISCED-A. O exemplo mais simples dessa situação é o caso em que a pessoa está cursando um programa nível 3 (ISCED-P), cujo nível de instrução, em termos do curso mais elevado concluído, seria o nível 2 (ISCED-A).

O segundo e o terceiro dígitos da ISCED-P e ISCED-A indicam, dimensões complementares, tais como, a orientação do programa (se vocacional ou geral) e a condição em que a conclusão de um programa de um dado nível dá acesso direto a outro, seja este subsequente ou não. Exemplo: A conclusão do nível 3 autoriza o acesso aos níveis 5 ou 6, no caso brasileiro.

Quadro 7: Níveis da ISCEP-P e ISCED-A

Nível 0	Educação infantil e inclui alfabetização
Nível 1	Educação primária
Nível 2	Educação secundária primeira etapa
Nível 3	Educação secundária segunda etapa
Nível 4	Educação pós-secundária não terciária
Nível 5	Educação terciária de curta duração
Nível 6	Bacharelado ou nível equivalente
Nível 7	Mestrado ou nível equivalente
Nível 8	Doutorado ou nível equivalente

Fonte: UNESCO, International Standard Classification of Education, ISCED. Disponível em <<http://uis.unesco.org/en/isced-mappings>>. Acesso em 25 abr. 2017.

Quanto a ISCED-F 2013, as grandes categorias encontram-se no Quadro 8.

Quadro 8: Grandes categorias da ISCED-F

00	Programas e qualificações genéricas (não focalizam domínios específicos, a exemplo de programas e qualificações não vocacionais, classes de alfabetização, desenvolvimento de habilidade pessoais)
01	Educação (Ciência educação, treinamento para professores de pré-escola e de outros professores com ou sem especialização temática)
02	Artes e humanidades (Artes, técnicas audiovisuais e mídia, design, moda, artesanato, música, religião, teologia, história, filosofia, ética e arqueologia, linguagens, idiomas, literatura e linguística)
03	Ciências sociais, jornalismo e informação (economia, ciências políticas, psicologia, sociologia e estudos da cultura, jornalismo, informação, biblioteconomia, arquivologia)
04	Negócios, administração e leis
05	Ciências Naturais, matemática e estatística
06	Tecnologia da Informação e Comunicação
07	Engenharia, indústria e construção
08	Agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura e veterinária
09	Saúde, cuidados e bem-estar de terceiros
10	Serviços (Serviços domésticos, de beleza, hotelaria, alimentação, esportes, turismo, viagens, lazer, serviços de saneamento, saúde ocupacional e segurança)

Fonte: UNESCO, International Standard Classification of Education, ISCED. Disponível em <<http://uis.unesco.org/en/isced-mappings>>. Acesso em 25 abr. 2017.

Obs.: tradução livre do inglês, de acordo com a terminologia afim à compreensão nacional.

c) Comentários sobre o processo de implantação no Brasil

As variáveis correspondentes às ISCED-P (curso ou programa) e ISCED-A (nível de instrução) no Censo Demográfico de 2010 estão apresentadas nos quadros 9 e 10.

Quadro 9: Categorias de cursos frequentados – Censo 2010

O curso que a pessoa frequentava foi classificado em:

Creche - para curso destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades, em estabelecimento juridicamente regulamentado ou não;

Pré-escolar - para curso (maternal ou jardim de infância) cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

Classe de alfabetização - para curso de alfabetização de crianças;

Alfabetização de jovens e adultos - para curso de alfabetização de jovens e adultos;

Fundamental - para curso de ensino fundamental: regular, que pode ser organizado em séries anuais, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos, etc.; ou de educação de jovens e adultos ou supletivo, seriado ou não;

Médio - para curso de ensino médio: regular, que pode ser organizado em séries anuais ou em regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos, etc., inclusive curso técnico; ou de educação de jovens e adultos ou supletivo, seriado ou não;

Superior de graduação - para curso de graduação de nível superior; ou

Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado - para curso de: pós-graduação de especialização (*lato sensu*), com duração mínima de 360 horas; mestrado ou doutorado, inclusive no caso em que a pessoa estava em fase de preparação da dissertação.

Fonte: IBGE, Metodologia do Censo 2010.

Quadro 10: Categorias de níveis de instrução – Censo 2010

A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.

Sem instrução e fundamental incompleto - para a pessoa que nunca frequentou escola ou creche, ou que: frequentava ou frequentou creche, curso pré-escolar, classe de alfabetização ou curso de alfabetização de jovens e adultos; frequentava curso de ensino fundamental; frequentou curso elementar; ou frequentou, mas não concluiu, curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo;

Fundamental completo e médio incompleto - para a pessoa que: concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo; frequentava da 1ª a 3ª série de curso de ensino médio; ou frequentou, mas não concluiu o ensino médio ou 2º grau;

Médio completo e superior incompleto - para a pessoa que: frequentava a 4ª série do ensino médio; concluiu o ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo; ou frequentava ou frequentou, mas não concluiu, curso superior;

Superior completo - para a pessoa que: concluiu curso superior; ou frequentava ou frequentou curso de mestrado, doutorado ou especialização de nível superior; ou

Não determinado - para a pessoa com informações que não permitissem a sua classificação.

Fonte: IBGE, Metodologia do Censo 2010.

A consideração da categorização praticada no Censo Demográfico, que é similar a adotada nas pesquisas domiciliares por amostragem, bem como a leitura da legislação nacional,

levou o IBGE a apresentar dois questionamentos junto à UNESCO e à OECD, organizações que lideraram o processo de implantação da ISCED-2011.

O primeiro dizia respeito aos cursos médios de qualificação profissional, frequentados após a conclusão de um ciclo completo de nível médio, para os quais as citadas organizações internacionais propõem o nível 4 das ISCED P e A. Este aspecto conflitou com o fato desses cursos subsequentes ao médio não diferirem em conteúdo, no Brasil, de cursos simultâneos ao período de formação no ciclo médio.

Após as respostas recebidas, cabe a interação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, órgão ligado ao Ministério da Educação que responde por parte significativa das estatísticas brasileiras sobre educação. A partir desta iniciativa será possível firmar posição nacional sobre o assunto.

O segundo questionamento, na verdade uma dúvida, se associava ao curso superior do tipo profissional ou tecnólogo existente no Brasil. Deveria ser enquadrado no nível 5 ou no nível 6 da ISCED? A resposta foi para alocação no nível 6, tendo em vista que a conclusão de tais cursos, no Brasil, propicia o ingresso em cursos de mestrado (nível 7 da ISCED) acadêmicos e profissionais.

d) Próximos passos

Definir a posição, junto ao INEP, da questão referente ao nível 4 das ISCED P e A, com vistas a formalizar e viabilizar a implantação das classificações nas pesquisas domiciliares, censos e registros administrativos no Brasil.

Avaliação, junto com as áreas temáticas da Diretoria de Pesquisa sobre a adoção da ISCED-F no Censo Demográfico. Cabe interlocução com o INEP e MTE deste tópico também. O envolvimento do MTE é pertinente em razão da ISCED-F incluir também a formação profissional. Mais uma vez a proximidade do Censo Demográfico de 2020 impõe alguma celeridade a essa decisão.

Identificar, junto às áreas temáticas, a documentação a incluir na página da CONCLA no que tange ao sistema classificatório da ISCED e sua aplicação no Brasil em pesquisas por amostragem, censos e registros administrativos.

Classificação de Crimes para fins estatísticos **(*International Standard Classification on Crimes for statistical purposes – ICCS*)**

a) Aspectos gerais

No que diz respeito a informações sobre crimes, especialistas avaliam que a falta de qualidade nos dados, a não comparabilidade, e a falta de clareza dos tipos de crimes registrados, além dos registros administrativos serem falhos, têm implicado a subestimação de ocorrências.

A *International Standard Classification on Crimes for statistical purposes* – ICSS constitui-se em uma ferramenta essencial para a superação de tais dificuldades. Propicia a harmonização da coleta e disseminação de dados das diferentes fontes (registros administrativos e pesquisas estatísticas), através das diversificadas instituições de justiça criminal (polícia, cortes e prisões) e através de entidades subnacionais.

O desenvolvimento de uma classificação internacional de crimes para fins estatísticos foi designado à CENU pela Comissão sobre Prevenção de Crime e Justiça Criminal das Nações Unidas (CCPCJ).

b) Características da versão vigente

A primeira ação foi a elaboração de um plano estratégico para melhorar a qualidade e a disponibilidade de estatísticas de crime em nível nacional e internacional (*Road Map*). O desenvolvimento da ICCS começou com a adoção dos Princípios e Estratégias para uma Classificação de Crimes para Fins Estatísticos. A ICCS foi desenvolvida graças à colaboração ativa de especialistas integrantes de agências de estatísticas nacionais, da academia, de organizações internacionais e de instituições de justiça criminal, com representação de todas as regiões do mundo.

O processo de desenvolvimento da ICCS contou com o suporte contínuo do UNODC. A versão final da ICCS é, assim, o resultado de consultas amplas e testes que confirmaram a validade da abordagem adotada, sugerindo a viabilidade de uma aplicação gradual da classificação para crimes e para estatísticas de justiça criminal produzidas em nível nacional.

Os especialistas envolvidos propuseram o crime como a unidade de classificação, e indicaram a aplicação do princípio da exaustividade, considerando a totalidade de atos ou eventos que sejam passíveis de sanção penal em todos os países.

Além das questões legais, a classificação internacional é proposta para contemplar atributos do contexto do crime e questões comportamentais relacionadas ao delito. Foram identificados como atributos para a classificação internacional:

1. Objetivo do ato.
2. Gravidade da lesão ao bem jurídico.

3. Intenção.
4. *Modus operandi* do ato ou evento.
5. Autoria, coautoria (envolvimento dos infratores).
6. Tentativa e consumação.
7. Sexo e idade das vítimas e do infrator.

O nível 1 consiste de 11 categorias com descrições baseadas primariamente no objetivo, gravidade, *modus operandi* e atributos de relevância política (*policy relevance attributes*).

Quadro 11: Categorias principais ICSS - nível 1

1	<i>Acts leading to death or intending to cause death</i>
2	<i>Acts leading to harm or intending to cause harm to the person</i>
3	<i>Injurious acts of a sexual nature</i>
4	<i>Acts against property involving violence or threat against a person</i>
5	<i>Acts against property only</i>
6	<i>Acts involving controlled psycho-active substances or other drugs</i>
7	<i>Acts involving fraud, deception or corruption</i>
8	<i>Acts against public order, authority, and provisions of the State</i>
9	<i>Acts against public safety and state security</i>
10	<i>Acts against the natural environment</i>
11	<i>Other criminal acts not elsewhere classified</i>

Fonte: UNODC, International Classification on Crime for Statistics. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics/iccs.html>. Acesso em: 13 jul. 2017.

O nível 2 é composto por subcategorias de cada uma das 10 primeiras categorias do nível 1, variando entre 1 e 10 subcategorias. O nível 2 tem por base a gravidade, *modus operandi*, intenção, objetivo e relevância. Neste nível, faz-se, por exemplo, a distinção entre crime culposos e doloso.

O nível 3, ao contrário dos níveis anteriores, não foi concebido para ser completo, mas para conter categorias-chave que devem estar presentes em qualquer classificação internacional de crimes. As aberturas deste nível são feitas em função da gravidade da lesão ou do objetivo do delito ou, ainda, da relevância do mesmo (infanticídio, por exemplo).

c) Comentários sobre a validação e implantação

Trata-se da primeira implantação da classificação e, por esta razão, a etapa de testes se estendeu em alguns países, para avaliação mais precisa das adaptações exigidas pelas especificidades locais. Para sua efetiva adoção em nível internacional, a implementação da ICCS vai requerer um número de atividades coordenadas para auxiliar os países no uso gradual da ICCS, para fins nacionais e de relatórios internacionais.

O plano inclui quatro principais componentes: campanha de informação e alerta às autoridades nacionais para a existência da classificação e seus benefícios; o desenvolvimento de ferramentas metodológicas para promover orientação para produtores e usuários de dados; programas de assistência técnica voltada para produtores de dados; e o estabelecimento de uma diretriz organizacional e institucional apropriada a nível internacional para promover a implantação da ICCS.

A avaliação da Coordenação de Cadastro e Classificações (COCAD) resultou na consideração de que a ICCS é uma classificação bem-sucedida no que tange ao atendimento ao requisito da unificação da compreensão dos elementos constitutivos de um crime para fins estatísticos em consonância com o sistema legal brasileiro.

Outro ponto positivo identificado na ICCS é o de facilitar a elaboração de tabelas de correspondência com o sistema de codificação penal brasileiro, uma vez que adota o mesmo princípio ordenador de conceituação de crime como fato típico e antijurídico.

Por fim, vale destacar que a ICCS fornece variáveis adicionais para a desagregação de informações de acordo com as necessidades dos países, permitindo a inclusão dos atributos que as agências estatísticas ou as organizações produtoras de registros administrativos julgarem necessários para a apresentação das estatísticas de crime e de segurança pública.

d) Próximos passos

Intensificar, em conjunto com as áreas temáticas da Diretoria de Pesquisas, a atuação junto a UNODC do Brasil e aos representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como a instâncias executivas às quais se subordinam as polícias, portas de entrada de registros criminais.

Apesar da avaliação positiva da ICCS do ponto de vista da concepção de uma classificação para fins estatísticos, a possibilidade de sua adoção no Brasil depende de avaliação das instituições ligadas ao Poder Judiciário, já que elas estão habilitadas a opinar sobre a oportunidade e validade dos conteúdos estabelecidos nas diversas agregações da ICCS.

Assim, seria fundamental a concessão de tempo adicional para a avaliação da ICCS por tais instituições, garantindo, no caso brasileiro, a apreciação do instrumento tanto pelo IBGE,

que tem a possibilidade de captar a informação de crimes através de pesquisas de vitimização e acesso à justiça, quanto pelas instituições que captam diretamente as ocorrências criminais. Vale, também, ressaltar que, no âmbito de pesquisas de vitimização, algumas condutas são investigadas de forma genérica, sem correspondência direta com tipos penais. Por exemplo, suborno e cybercrimes.

O tema foi debatido na Infoplan e com base no relatório da sessão referente a ICSS, destacam-se alguns tópicos centrais.

O representante da UNODC, relatou que as primeiras tentativas de obtenção de uma classificação foram em 1951. Em 2009, a Conferência dos Estatísticos Europeus estabeleceu uma “força tarefa”, liderada pelo UNODC. Este pode ser definido como um marco para a ICCS. O palestrante destacou o grande desafio que é a utilização internacional da classificação.

Ratificou que a ICCS tem fins estatísticos, não sendo pertinente sua aplicação em decisões normativas sobre crimes e na legislação de cada país. O objetivo primordial é proporcionar a comparação, a partir de dados estatísticos mais consistentes, permitindo uma comparabilidade, também, ao longo do tempo, e maior coerência no olhar comparativo entre países e dentro dos próprios países que sejam federados. Foi destacada a ICCS como instrumento de harmonização das estatísticas sobre crimes. Alertou para a importância de uma tradução oficial para o português, uma vez que uma tradução não chancelada oficialmente pode implicar imprecisão no levantamento e na análise dos dados.

Pontuou alguns desafios: Como mapear as definições nacionais de crime sob a luz da ICCS? Como coletar dados desagregados sobre o crime? Como harmonizar a produção de dados em todas as etapas em nível da justiça criminal? Como estabelecer a correspondência entre os registros administrativos e as pesquisas de vitimização? Como implementar ajustes e garantir as comparações ao longo do tempo?

A segunda apresentação foi realizada pela representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que declarou como atribuição do fórum a união e síntese das estatísticas sobre crimes e delitos, visando o aprimoramento das ações da atividade policial e da gestão da segurança. Registrou que há diferenças na divulgação de dados sobre crimes nos diferentes estados da união devido à falta de procedimentos padronizados na coleta, divulgação e interpretação dos dados. O FBSP divulga dados anualmente por meio do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Comentou a problemática existente nos critérios de produção de estatística sobre homicídios e mortes violentas intencionais no País, analisando as possibilidades de aprimoramento metodológico do que existe hoje.

Apontou, também, desafios: a necessidade de padronização e harmonização nacional das ocorrências e definições; a sensibilização do Ministério da Justiça para se constituir como órgão gestor da Classificação; o exercício pelo IBGE de papel de colaborador atuante no mencionado processo de padronização.

O representante do Instituto de Segurança Pública do RJ (ISP-RJ) destacou que a função do Instituto é construir as informações sobre segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Desde 2006 vem sendo o órgão oficial para agregar e divulgar os dados sobre segurança pública nesta Unidade da Federação. O palestrante fez uma apresentação da captação de dados e registros administrativos no âmbito da segurança pública no Estado do RJ.

Apresentou o fluxo de produção destes registros que se inicia com a ocorrência do evento delituoso. Apontou que as estatísticas são construídas a partir dos Registros de Ocorrência (RO) lavrados nas delegacias de Polícia Civil, além de informações complementares de órgãos específicos da Polícia Militar - Boletim de Ocorrência (BO). Registrou que, antes de serem processados no ISP, os RO são submetidos ao controle de qualidade realizado pela Corregedoria Interna da Polícia Civil (COINPOL). Após esta etapa, o ISP efetua, ainda, um processamento voltado também ao controle de qualidade e à agregação de um conjunto de títulos semelhantes, seguindo recomendação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com vistas à padronização para a elaboração de estatística nacional consistente.

A última apresentação foi feita pela representante do IBGE. A palestrante apontou os principais pontos do parecer elaborado previamente pelo IBGE a respeito da ICCS: manutenção da linguagem e estrutura hierárquica utilizada nas classificações para a área econômica pela DENU, também adotadas no Brasil; o conceito de crime como fato típico e antijurídico facilita a elaboração de tabelas de correspondência com o sistema de codificação penal brasileiro; a previsão de variáveis adicionais para a desagregação de informações possibilita a adoção dos atributos que cada instituto de estatística julgar necessários para a produção das estatísticas do crime e da segurança pública no país.

Apontou também a necessidade de prática e estudos para definir os usos e entendimento para harmonização da ICCS, interna e externamente. Lembrou que a adequação e harmonização da ICCS devem ser feitas considerando os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente no atendimento ao objetivo 16 que prevê a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Por fim, foi

sugerido que a ICCS seja trabalhada junto à CONCLA, que é a instância oficial à qual cabe atribuir recomendações e propor debates sobre todas as classificações e respectivos usos no Brasil.

Destacou-se que o IBGE pode prestar a assessoria técnica na implementação da ICCS. Foi lembrada a tentativa realizada para envolver o Ministério da Justiça no que diz respeito à classificação e que, neste momento, foi demonstrada grande preocupação com a padronização e problemas com o registro dos BO (Boletim de Ocorrência) e RO (Registro de Ocorrência). A representante do Fórum avaliou que não houve ainda um esforço político percebido como importante, para a participação do Ministério da Justiça.

Compromissos e encaminhamentos da sessão: foi consenso que a classificação internacional ICCS pode ser útil para padronização e harmonização dos eventos criminais; foi considerada necessária a padronização dos conceitos e entendimentos e dos instrumentos de coleta, com vistas a registro das ocorrências; os participantes consideram fundamental a participação do Ministério da Justiça, como gestor e centralizador do processo; o IBGE se coloca à disposição para auxiliar tecnicamente o processo de adoção e uso da ICCS.

Classificação de atividades para pesquisas de Uso do Tempo **(*International Classification of Activities on Time Use Statistics - ICATUS*)**

a) Características gerais

A DENU fez circular, em 2016, uma versão da *International Classification of Activities for Time Use Statistics* (ICATUS) junto a agências estatísticas e a outros especialistas em uso do tempo. A consulta teve por objetivo levantar comentários e reações sobre a classificação em termos de: exequibilidade ou facilidade para adoção na organização dos dados nacionais de uso do tempo; relevância das estatísticas produzidas; comentários gerais sobre a estrutura proposta; e possibilidade de conexão com classificação de uso do tempo eventualmente adotada localmente. Esse processo teve sua finalização na adoção da versão ICATUS-2016 pela CENU em março de 2017.

A ICATUS consiste na classificação de todas as atividades para realização das quais as pessoas podem dispendir tempo ao longo do dia. Seu objetivo é propiciar padrão para que as estatísticas de uso do tempo sejam baseadas em agrupamento de atividades segundo forma compreensível e relevante para os países desenvolvidos e, também, para aqueles em desenvolvimento. Assim, a ICATUS provê conceitos e definições padronizados para a disseminação sistemática e comparável de estatísticas de uso do tempo, independentemente do instrumento ou processo de coleta utilizado.

Estatísticas confiáveis sobre uso do tempo possuem diversas e importantes aplicações: a mensuração da qualidade de vida e bem-estar geral; a mensuração mais abrangente do tempo dedicado ao trabalho, segundo todos os tipos, mesmo os não remunerados, a exemplo dos trabalhos domésticos, os de cuidados e o trabalho voluntário; maior visibilidade para a contribuição da mulher para a economia. A versão 2016 desta classificação possui consistência com o Sistema de Contas Nacionais e com o marco conceitual de estatísticas do trabalho adotado pela OIT na 19ª CIET.

b) A versão atualizada da ICATUS

A ICATUS-2016 possui categorias mutuamente exclusivas e exaustivas para cobrir as atividades humanas para as quais se dispense tempo. O uso de variáveis de contexto complementa a compreensão das atividades para a alocação na categoria correta. Por exemplo, indica se determinada atividade é realizada com o objetivo de auferir lucros ou outro tipo de recebimento (Divisão principal 1 da ICATUS) ou se tem por objetivo o próprio uso final (Divisões principais 2 ou 3 da ICATUS). A comparabilidade com outras classificações nacionais ou internacionais aplicadas até o momento foi levada em conta no desenvolvimento da nova ICATUS, de forma a evitar, a partir de sua utilização, a ruptura de séries históricas.

A ICATUS-2016, conforme visto, se propõe à padronização de lista de atividades nas quais as pessoas se engajam durante as 24 horas do dia. Atividades compreendidas como tarefas e atos realizados pelas pessoas. Unidades de tempo são utilizadas para produzir as estatísticas de uso do tempo. A simultaneidade de tarefas é um dos aspectos com que as pesquisas de uso do tempo lidam. O principal critério adotado para classificar as atividades foi o correspondente à condição de ser produtiva sob o ponto de vista econômico. Uma atividade é dita produtiva se está dentro da fronteira geral de produção, conforme a definição do Sistema de Contas Nacionais. São as seguintes as principais divisões da ICATUS.

c) Comentários sobre a validação e implantação

As observações que seguem se encontram no documento referente a estatísticas sociais que foi objeto de discussão na 48ª Sessão da CENU. Entre outros tópicos, o texto descreve as atividades desenvolvidas sobre a ICATUS e a submete à adoção pela Comissão.

The full structure of the Classification, with explanatory notes, is presented in the background document for the forty-eighth session of the Commission, entitled “International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS 2016)”.¹ The document contains an introduction on the history, nature and purpose of ICATUS and the principles and criteria applied in its development, as well as the full structure of the Classification, with related explanatory notes. (UN, 2017, p.2).

A comissão é convidada a se pronunciar sobre a classificação, assim como sobre o processo de implantação da ICATUS e a respeito da assistência aos países na produção de estatísticas de Uso do Tempo.

Quadro 12: Divisões principais da ICATUS-2016¹²

1	<i>Employment and related activities</i>
2	<i>Production of goods for own final use</i>
3	<i>Provision of services for own final use</i>
4	<i>Unpaid caregiving services for household members and related activities</i>
5	<i>Volunteer work and other unpaid work activities</i>
6	<i>Learning</i>
7	<i>Socializing, community participation and religious practice</i>
8	<i>Culture, leisure and sports practices</i>
9	<i>Self-care and maintenance</i>

Fonte: United Nations. Social Statistics, Report of the Secretary-General, 48^a session of UN Statistical Commission, E/CN.3/2017/11, New York, 2017.

O grupo de especialistas em uso do tempo, que se reuniu em junho de 2016, propôs a elaboração de instrumento de coleta para apoiar os países na produção de estatísticas de uso do tempo. É consenso que o modo de coleta ideal é aquele através de diários com cobertura completa das 24 horas do dia. Reconhecem, no entanto, as dificuldades operacionais inerentes ao método, que podem, também, acarretar baixa taxa de resposta.

A sugestão é explorar, a partir de trabalho em colaboração, formas alternativas e inovadoras para essa coleta. A DENU planeja operação piloto a ser levada a cabo até 2020, junto a países selecionados.

d) Uso do tempo e as pesquisas domiciliares do IBGE

No contexto do planejamento do projeto de reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, foi realizado um teste de Pesquisa de Uso do Tempo, cujos resultados espera-se utilizar como elementos para o planejamento de futura pesquisa.

O teste foi realizado como parte das recomendações e ações do Comitê sobre Estatísticas de Uso do Tempo, constituído pela Portaria Interministerial nº 60, de 19 de setembro de 2008,

¹² Sujeita a ajuste a partir do documento de apoio à próxima CENU, que não se encontra disponível até o momento.

o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo teve por objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais do país. O teste foi realizado em 2009 e se baseou na versão da ICATUS vigente à época.

Outras classificações para fins de estatísticas sociais

Classificações sob a custódia da Organização Mundial de Saúde

A documentação da sessão da CENU de 2002 registra que a **Organização Mundial de Saúde (OMS)** detém, como mandato constitucional, a produção e a gestão de classificações internacionais em saúde. Assim conduz a busca do consenso, significado e utilidade dos marcos classificatórios entre governos, e provedores e usuários dos serviços de saúde.

Tais classificações formam uma família integrada para uso em sistemas de informações em saúde e refletem diferentes dimensões em saúde. Compõem a família: a Classificação Internacional de Doenças (*International Classification of Diseases, ICD*) e a Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e restrições físicas (*International Classification of Impairments, Disabilities and Handcaps – ICIDH*) que foram, também, citadas inicialmente como integrantes da família internacional de classificações, conforme definida pela DENU e pelo *Expert Group*. A evolução das classificações é registrada, ao longo do tempo, na documentação que a OMS disponibiliza para as sessões da CENU.

O sentido desta seção é o reconhecimento de que é razoável esperar que tais classificações sigam integrando a Família Internacional de Classificações para fins estatísticos, pois se constituem em referências fundamentais para as estatísticas sobre saúde e deficiência.

Segundo a OMS, a ICD é um fundamento das estatísticas de saúde, em particular das de mortalidade e morbidade. Mais recentemente tem sido utilizada para diagnóstico de pacientes e para propósitos administrativos e de pesquisa. Sua aplicação assegura a comparabilidade das estatísticas de saúde.

A OMS está conduzindo a revisão da ICD com vistas à publicação em 2018. Está vigente a ICD-11 que, a partir de questões identificadas sobre a versão ICD-10, incorporou os avanços da ciência em saúde. Foi adequada a sistemas digitais em saúde e propicia terminologia padrão.

A ICIDH tem por objetivo cobrir as diferentes dimensões das funções dos indivíduos de tal modo a se estudar a saúde, os estados relacionados à saúde, resultados e determinantes. O propósito é prover linguagem comparável entre países.

No campo das classificações em saúde, uma terceira classificação, a *International Classification of Health Interventions (ICHI)*, recebe, desde 2007, suporte da OMS. A ICHI cobre todas as partes dos sistemas de saúde e contém uma ampla gama de novos aspectos não

cobertos em classificações nacionais. A versão corrente da ICHI é considerada uma versão alfa (em avaliação). A versão beta (definitiva) está prevista para meados de 2017, com conclusão planejada para 2019.

Outras classificações adotadas pelo IBGE

São aqui relacionadas e comentadas classificações tradicionalmente adotadas para a caracterização da população investigada através das pesquisas domiciliares, pesquisas sociais em estabelecimentos e das operações censitárias referentes à população ou às atividades da agropecuária.

Especialmente, a metodologia do Censo 2010 apresenta de forma exaustiva as diversas classificações e por esta razão, toma-se este documento como base para as notas aqui apresentadas. Tais classificações correspondem às seguintes características das pessoas: sexo, cor ou raça, religião, além de cursos frequentados, com respectivas seriações ou modulações, e níveis de instrução (essas duas últimas foram apresentadas, no presente documento, no tópico sobre a ISCED). Estas classificações seguem a estrutura classificatória do tipo flat, mencionadas nos documentos das ONU vistos anteriormente, correspondendo a listas não hierarquizadas de categorias.

Sexo

No que diz respeito ao sexo, a categorização, consagrada nas estatísticas oficiais, refere-se a padrão binário heteronormativo que é representado pelas categorias: homem e mulher. Esta taxonomia propicia estudos sobre gênero, fundamentalmente, no que diz respeito à distinção e similaridades entre homens e mulheres, assim identificados em sua documentação civil ou na declaração do respondente, nos campos social e econômico.

Cor ou raça

Com a finalidade de se conhecer a composição da população brasileira por cor ou raça e de atualizar os estudos sobre os padrões e a distribuição étnica adota-se classificação específica. Para o Censo 2010, depois de debates com os usuários e com os membros da Comissão Consultiva do Censo 2010, concluiu-se pela manutenção do quesito sobre cor ou raça tal como vinha sendo aplicado, inclusive nas pesquisas domiciliares por amostragem. Foram, então, mantidas as cinco categorias adotadas nos censos anteriores e nas pesquisas do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

As categorias de cor ou raça são objeto de questionamento teórico. Um deles decorre do fato de que essa taxonomia mistura cor (branca, preta e parda) com etnias ou caracterização de etnias (amarela e indígena). Além disso, estas categorias implicam impactos sobre políticas, a

exemplo das políticas de cotas para o acesso às Universidades, políticas antidiscriminatórias e políticas de resgate cultural. A definição destas categorias é, por outro lado, por estes usos, afetada. Assim afasta-se do campo puramente técnico, mais acentuadamente do que é natural a todo sistema de representação do conhecimento, o aprimoramento da classificação de cor ou raça.

Na metodologia do Censo 2010, no que diz respeito à natureza da investigação em campo, é observado:

A investigação da cor ou raça no Censo é autodeclaratória. O método da autodeclaração, que se baseia na declaração espontânea do indivíduo, é consagrado internacionalmente, tendo sido ratificado na Declaração de Durban (Relatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, no período de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001). (IBGE, 2016, 288-289)

Na Infoplan, esta classificação foi objeto de debate e apresentam-se em seguida os destaques e observações, a partir das contribuições de dois representantes do IBGE e de participantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, IPEA e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Seppir.

Um dos representantes do IBGE destacou que se compreende raça como uma categoria socialmente definida, construída através de um ou mais signos ou traços de autoidentificação e que, desde 1972, o IBGE levanta a informação. Houve testes com perguntas abertas em 1976, 1998, bem como a Pesquisa de Características Étnico-raciais da População (PCERP), realizada em 2008.

A PCERP registrou que a parcela de 64% das pessoas entrevistadas considerou que a raça influencia em sua vida. Neste levantamento observaram-se mais de 80 termos para expressar as diversas categorias da variável. Observou-se, também, que 95% das declarações concentraram-se nas 5 categorias utilizadas pelo IBGE.

A outra representante do Instituto apresentou os resultados de teste realizado sobre o quesito cor ou raça nos Censos Demográficos, para avaliar reações de respondentes às definições das categorias “parda” e “amarela”. Além disso, analisou as principais causas da tendência de crescimento da população amarela nos Censos 1991, 2000 e 2010. Os resultados reforçam a característica relacional das categorias de cor ou raça, o que indica que qualquer alteração da metodologia de levantamento neste quesito terá um impacto na distribuição dos resultados como um todo.

O participante do INEP destacou que é pouco frequente a informação de cor e raça nos levantamentos realizados pelo Instituto. Apresentou como justificativa a não existência da informação (cadastros escolares incompletos). Evento que registrou como preponderante à não declaração. Comentou que melhorias nos instrumentos e campanhas publicitárias, entre outros, geraram uma redução gradativa da não declaração racial e reconheceu que persistem desafios.

A representante da SEPPIR comentou a subnotificação do quesito cor ou raça, no Censo da Educação Superior, que chega a aproximadamente 58%, denotando certa desorganização desta informação nas próprias universidades. Citou, também, o Cadastro Único das Informações Sociais que permite o registro de pertencimento aos povos tradicionais. Lembrou a experiência de outros países sul-americanos que optam por maior aprofundamento sobre etnicidade.

O representante do IPEA salientou a importância da questão racial para a discussão das desigualdades no Brasil. Registrou um intenso debate na academia americana em referência a se a cor ou a raça seriam os aspectos mais importantes para a definição das categorias identitárias, em que pese, muitos estudos revelassem que a cor da pele tinha uma maior influência na conformação das identidades. Destacou que, no Brasil, a categoria dos “pardos” é rejeitada identitariamente, pois as pessoas tendem a não a aceitar, embora, acabem por elegê-la quando confrontadas com as opções de respostas oferecidas pelo IBGE.

O representante da UFRJ e da Universidade do Texas citou que foi a partir dos dados do IBGE desagregados por cor ou raça que se pôde estabelecer um debate sobre as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Havia muitas construções teóricas que propunham uma série de condicionantes que não os raciais para a conformação das desigualdades no Brasil. Comenta que as categorias de cor ou raça estão em permanente processo de crítica e debate porque existem questões estruturantes identitárias em relação a todas as categorias e não apenas aos amarelos e aos pardos.

Lembrou a importância dos dados do IBGE, também, para as políticas de igualdade racial. Sugere: regularidade para a realização de pesquisa similar à PCERP; novo encontro promovido pelo IBGE para a realização de um balanço da PCERP sob a perspectiva das propostas surgidas na Infoplan; divulgação dos microdados do PCERP; envolvimento do MTE em próximos debates, tendo em vista os dados interessantes que vêm sendo produzidos pelo ministério.

Religião

A pergunta sobre religião no Censo 2010 teve por finalidade identificar a seita, culto ou ramo da religião declarada pela população e o número de seus adeptos. No caso da população indígena, também foram consideradas como religião as crenças tradicionais e práticas rituais próprias de cada povo.

A declaração de religião ou culto foi registrada no Censo 2010 de modo que foram capturadas respostas abertas, nos casos em que se tratavam de categorias inexistentes no banco de dados inserido no aparato eletrônico manual utilizado na coleta. O sistema do computador de mão continha um banco de dados, formado a partir das declarações do Censo 2000 e da classificação de religiões e cultos discutida com especialistas da área. O banco de dados ajudava no registro pelo recenseador. Se fosse texto existente no banco, este era reconhecido e ganhava-se tempo e precisão, pois não havia a necessidade de digitação completa da religião ou culto informado.

A classificação mencionada consistia da estrutura classificatória, desenvolvida em parceria com o Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER e utilizada desde o Censo 1991. A classificação foi atualizada para dar conta das novas demandas do campo religioso brasileiro. Todavia foi preservada a estrutura geral da classificação para manter a comparação em nível mais agregado com os censos demográficos anteriores e possibilitar a análise das séries históricas. A classificação utilizada está apresentada no DVD que acompanha o volume de publicação da Metodologia do Censo 2010.

Espaços Territoriais

Adicionalmente, a metodologia do Censo 2010 cita as classificações utilizadas para os espaços territoriais referentes às perguntas dos questionários sobre migração. No que diz respeito a Municípios e Unidades da Federação no Brasil utilizou-se a estrutura de códigos elaborada pelo IBGE. Para países estrangeiros, a estrutura de códigos foi obtida a partir de consultas à lista de países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) no portal www.onu.org.br. Os códigos efetivamente utilizados estão apresentados no DVD que acompanha a publicação impressa da mencionada metodologia.

Observação Geral

Cabe mencionar que está tomada a decisão de se manter, para o Censo Demográfico de 2020, as versões das classificações de sexo, cor ou raça e espaços territoriais utilizadas no Censo 2010.

Projeto para debate: estudo, aprimoramento e documentação das classificações para fins de estatísticas sociais no IBGE

A intenção inicial foi no sentido de que a versão definitiva dessa parte do texto contivesse projeto estruturado segundo a proposta de trabalho sobre as classificações estatísticas para fins de estatísticas sociais no âmbito do IBGE, a partir da contribuição das diferentes áreas envolvidas. Os limitados recursos disponíveis impuseram que esse desenho definitivo se estruture em passo posterior.

Foi visto que são distintos os estágios em que se encontram as diferentes classificações internacionais citadas. Assim, cabe estabelecer, no IBGE, acompanhamento ou ação diferenciados sobre cada uma delas, de acordo com estágio que lhes corresponda, seja em manutenção, em desenvolvimento ou em implantação. Este aspecto pode ser orientador do programa de trabalho que venha a ser construído.

Segue lista de tópicos que se propõe considerar, com a perspectiva de avaliação pela COCAD em conjunto com as demais áreas da DPE, com vistas à elaboração de projeto que se propõe transversal no sentido de envolver as diversas áreas responsáveis por produção, apuração e análise das informações estatísticas sociais no IBGE.

Os tópicos se apresentam em dois blocos: resultados esperados e aspectos da governança do projeto. Indicam-se tarefas para desenvolvimento ao longo de 2019.

(1) Resultados esperados

- ✓ Pessoal da COCAD e das áreas temáticas capacitado na compreensão dos objetivos e impactos das classificações estatísticas sob os aspectos teóricos, aplicados e de sua influência sobre políticas públicas e sobre a visibilidade social, econômica ou ambiental de questões diversas de interesse da sociedade. Sugestões: publicar o presente documento na série Textos para Discussão e utilizá-lo como base para um curso de curta duração a ser incluído no Plano Anual de Treinamento do IBGE, cuja proposta de roteiro encontra-se no apêndice 1.
- ✓ Em referência às classificações da família internacional de classificações estatísticas, identificar possibilidade de implantação e lacunas de tabelas de correspondência e de documentação para disseminação junto aos públicos interno e externo organizada e padronizada. No caso dos dois tipos de lacunas, supri-las. Avaliar sobre necessidade de documentação dos procedimentos de codificação.

- ✓ Em referência às classificações não pertencentes à família, preparar histórico, produzir ou consolidar documentação metodológica se pertinente ou necessário, propor aprimoramento a partir da experiência internacional ou da aplicação das boas práticas em classificação. Produzir documentação para disseminação junto aos públicos interno e externo.
- ✓ Áreas temáticas exerceriam, com o apoio da COCAD, algumas das atribuições que, para as classificações internacionais, se definem para as organizações responsáveis pela custódia da classificação.

(2) Governança do projeto

- ✓ Ratificar pertinência do projeto transversal, com os resultados listados acima.
- ✓ Discussão e avaliação das seguintes alternativas: envolvimento em tempo parcial de técnicos das equipes temáticas (que detém o conhecimento dos domínios temáticos) sob a orientação da Gerência de Classificações da COCAD e; criação de uma equipe específica para a discussão/consolidação das classificações para estatísticas sociais. A experiência da DPE com os grupos de trabalho sobre temas de estatística sociais pode iluminar essa avaliação, bem como a prática vigente no que diz respeito às classificações do campo econômico.
- ✓ Estabelecer governança interna como proposta acima para viabilizar os resultados esperados.
- ✓ Avançar na reflexão sobre governança externa, considerando no espaço nacional a CONCLA e o Comitê de Estatísticas Sociais, CES.
- ✓ Avançar na reflexão sobre governança externa, considerando o espaço Reunião sobre Estatísticas do MERCOSUL e a Conferência de Estatísticas das Américas.

(3) Atividades sugeridas para o ano de 2019

- ✓ Realização de primeira turma do curso curta duração sobre “Classificações para fins de estatísticas sociais”, com o objetivo de testá-lo e preparar instrutores da COCAD e/ou de outras áreas.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. L. El idioma analítico de John Wilkins [Cuento. Texto completo], in *Otras inquisiciones*, 1952.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**, tradução Mariza Correa, Campinas, SP, Papirus, 1996.

CAMPOS, M.J.de O. **Limites e Formas de Representação das Informações Estatísticas sobre o Agronegócio**: Abordagem pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas, Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, 2008.

Classificação de Informações estatísticas – IBGE. Disponível em: <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/prnClassificacaoTematica.aspx>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Comissão de Estatísticas das Nações Unidas. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/statcom>>. Acesso em: 25 out. 2018.

Comissão Nacional de Classificações. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new Science? **Knowledge Organization**. 33, n.1, 2006 pp. 11-19.

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas – classificações, *UN Classifications Registry*. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/class/default.asp>>. Acesso em: 15 mai.2017.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da organização dos saberes às políticas de informação. **INFORMARE** – Cad. Prog. Pós-grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez.1996.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**. 35, n. 2/n.3, 2008 pp. 86-101.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**, 2ª edição, Série de Relatórios Metodológicos, Rio de Janeiro. 2016.

ILO. Department of Statistics, **Resolution concerning statistics on work relationships**. 20th International Conference on Labor Statistics, Geneva, 2018.

ILO. Department of Statistics, Working Group for the Revision of the International Classification of Status in Employment (ICSE-93), **Issues to be addressed in the revision of the International Classification of Status in Employment (ICSE-1993)**, maio 2015, Geneva.

ILO. International Standard Classification of Occupations, 2008. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ILO. Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization – adopted by the nineteenth international conference of labour statisticians, 2013, Geneva. Disponível em <https://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards-and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS_230304/lang--en/index.htm>. Acesso em: 23 jan. 2019.

International ISKO Conference, 14 th. Disponível em: <<http://isko-brasil.org.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

International Society of Knowledge Organization – ISKO. Disponível em: <<http://www.isko.org/ko.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MELO, M. A., BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. **Ci. Inf.** Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.67-80, jan./abr., 2014.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificacao.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

QUINTSLR, M., Nova Resolução sobre estatísticas do trabalho, ocupação e subutilização da mão de obra e aspectos relacionados ao trabalho em atividades agrícolas ou em áreas rurais, VI Conferência Internacional de Estatísticas Agrícolas. Rio de Janeiro. **Anais...** 2014.

SOUZA, R. F. de. Universo de Ciência e Tecnologia: organização e representação em classificações do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, vol.5 No. 1, 2012. Disponível em <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/65/125>>. Acesso em 18 mar. 2017.

UNESCO, International Standard Classification of Education, ISCED, mapeamento e links para documentos centrais. Disponível em <<http://uis.unesco.org/en/isced-mappings>>. Acesso em 25 abr. 2017.

United Nations. Expert Group Meeting on the Scope and Content of Social Statistics, **Final Report**, New York, 2008.

United Nations. Social Statistics, Report of de Secretary-General, 48ª session of UN Statistical Commission, E/CN.3/2017/11, New York, 2017.

United Nations. Itens for information: health statistics, 48ª session of UN Statistical Commission, E/CN.3/2017/21, New York, 2017.

United Nations. 2030 Agenda for Sustainable Development. Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

UNODC, International Classification on Crime for Statistics. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics/iccs.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Van Der Laan, R.H. e Ferreira, G.I.S. Tesauro e Terminologia. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10208/00029493>. Acesso em: 22 jan. 2019.

APÊNDICE
Classificações para fins de estatísticas sociais
Roteiro e notas para curso preparatório de curta duração

Abertura

Objetivos geral e específicos do curso

Subsidiar o desenvolvimento do projeto sobre classificações para fins de estatísticas sociais, abordando:

- ❖ Aspectos teóricos sobre classificações e a Organização do Conhecimento.
- ❖ Recomendações referentes a boas práticas em classificações, preconizadas em relação à Família Internacional de Classificações Estatísticas, conforme definidas no âmbito do *Expert Group on International Statistical Classification*.
- ❖ Análise das Sessões da Comissão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas, desde 2000 a 2016, sobre o tema classificações.
- ❖ Compilação das classificações estatísticas para fins de estatísticas sociais utilizadas nos Censos e pesquisas realizados pelo IBGE, além daquelas sugeridas nos fóruns internacionais em estatísticas oficiais.

As classificações para fins estatísticos

- ❖ O presente roteiro focaliza, especialmente, as classificações para fins das estatísticas sociais, que se relacionam com temas tais como:
 - ❖ Educação;
 - ❖ Trabalho;
 - ❖ Saúde;
 - ❖ Religião;
 - ❖ Segurança pública;
 - ❖ Uso do tempo;
 - ❖ Características demográficas e de localização da população, a exemplo do sexo das pessoas da população alvo e da situação dos domicílios, se urbana ou rural.

“Princípios fundamentais” e classificações para fins estatísticos

- ❖ O desenvolvimento, manutenção e utilização das Classificações para fins estatísticos integram a infraestrutura da produção de informações estatísticas oficiais e se associam de forma mais direta com os princípios referentes:
 - ❖ à precisão, com a adoção de padrões estatísticos sólido;

- ❖ à coordenação entre produtores nacionais de bases de dados com potencial de uso estatístico e;
- ❖ à comparabilidade nacional e internacional das estatísticas produzidas e publicadas.

As boas práticas no processo de produção e uso das informações estatísticas oficiais tomam como referência os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, aprovados em 1994 pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) e ratificados em 2013. No ano seguinte foram, também, objeto de adesão pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Parte I

Classificações: aspectos históricos, teóricos e o campo da Organização do Conhecimento

O ato de classificar

- ❖ O ato de classificar é inerente à existência humana para compreender ou organizar a realidade que a cerca e tem sido objeto de estudo.
- ❖ Tem intensa aplicação e consequências culturais e sócio-políticas, como reflexo do âmbito de diferentes tipos de conhecimento, a exemplo do religioso, artístico e científico, bem como do senso comum.
- ❖ Sobre este último está o foco do conteúdo aqui explorado, contexto científico este que inspirou a expressão que foi empregada por Zedler, em 1733, no Universal Lexicon, como registrado em Campos (2008).

O termo classificar foi cunhado por Zedler, a partir da combinação das palavras latinas classis e facere, passando a ser empregado para a ordenação das ciências no fim do século XVIII (Dahlberg apud Piedade, 1977, p. 9).

Classificações e Organização do Conhecimento

- ❖ No deslocamento do estudo das classificações para o campo da Organização do Conhecimento, a experiência de Ingetraut Dahlberg é notável.
- ❖ Em “Organização do Conhecimento, uma nova ciência? ”, Dahlberg (2006) é menciona a German Society for Classification fundada pela autora em 1977. Esta Sociedade, em 1989, passou a trazer em seu nome a expressão Organização do Conhecimento (OC).

- ❖ Também, em 1989, a autora integrou o time de fundadores da International Society of Knowledge Organization (ISKO), a qual presidiu até 1996.

Sociedade Internacional em Organização do Conhecimento (ISKO)

- ❖ Ao comentar a revista *Knowledge Organization Journal (International Classifications Journal*” de 1974 a 1992), Dahlberg destacou o caráter ampliado dos objetivos da OC, em relação ao dos estudos dos sistemas de classificação.
- ❖ No portal da ISKO é também comentado este histórico da revista, assim como são listados os temas dos artigos que publica, o que reflete a abrangência dos tópicos cobertos pela OC:
 - ❖ teoria e fundamentos (teoria geral, fundamentos filosóficos do conhecimento, bases teóricas da classificação, análise de dados);
 - ❖ operações práticas associadas com indexação e classificação, assim como aplicações de sistemas de classificação e tesauro;
 - ❖ indexação automática e manual;
 - ❖ história da OC;
 - ❖ educação e treinamento em classificação e;
 - ❖ problemas de terminologia em geral ou referidos a campos específicos.
- ❖ Enlaces - ISKO internacional: <http://www.isko.org/ko.html>

ISKO Brasil: <http://isko-brasil.org.br/>

Reflexões e aspectos teóricos sobre o ato de classificar (Borges)

- ❖ O conto de Borges (1952) disserta sobre o idioma analítico de John Wilkins, com vistas a uma linguagem mundial comum, empreendimento que teria se desenvolvido nos idos de 1664.
- ❖ Dificuldade inerente à representação do mundo, para o que se vale também da classificação de animais que teria encontrado em enciclopédia chinesa, em que os animais eram assim categorizados:
 - ❖ a. pertencentes ao Imperador
 - ❖ b. embalsamados
 - ❖ c. amestrados

- ❖ d. leitões
- ❖ e. sereias
- ❖ f. fabulosos
- ❖ g. cachorros soltos
- ❖ h. incluídos nesta classificação
- ❖ i. que se agitam como loucos
- ❖ j. inumeráveis
- ❖ k. desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo
- ❖ l. etcétera
- ❖ m. que acabam de quebrar a jarra n. que de longe parecem moscas

Reflexões e aspectos teóricos sobre o ator de classificar (Foucault)

- ❖ Foucault (2002), ao se perceber incomodado com a inusitada classificação dos animais do conto de Borges, apresenta...
 - ❖ Reflexão sobre a essência do que é a produção ou identificação do que denomina uma “ordem” entre os seres;
 - ❖ Aponta a inexistência de ordem certa ou errada, mas sim de ordenamentos que se estabelecem em contexto histórico ou cultural específico.

Reflexões e aspectos teóricos sobre o ator de classificar (Olga Pombo)

- ❖ Olga Pombo (2008), por sua vez, apoia-se em Foucault (2002) para comentar a essencialidade e caráter inerente à vida do ato de classificar, na busca de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”.
- ❖ Destaca quatro campos de classificação: seres, saberes, livros e bibliografias, informações.
- ❖ Define e caracteriza a classificação, comentando, por exemplo, o requisito de um princípio classificador, escolhido por quem realiza a classificação.
- ❖ A escolha tem em vista o domínio trabalhado e o objetivo desejado.

Organização do Conhecimento – dimensões do campo e aplicações em estatísticas oficiais

Organização do conhecimento – lugar epistemológico

- ❖ Uma discussão central sobre a OC é encontrada em Dahlberg (2006) e em Hjørland (2008).
- ❖ Diz respeito a seu lugar como ciência autônoma ou como um campo, também com autonomia, mas, com fortes relações interdisciplinares com outras áreas. Esta segunda é a posição de Hjørland.

- ❖ Por sua vez, Dahlberg que entende a OC como ciência autônoma, destaca que o objeto e área de atuação, estão explícitos na própria denominação da OC.

Organização do conhecimento – Hjørland e alcances epistemológicos restrito e amplo

- ❖ Restrito, que se refere à descrição de documentos, indexação e classificação em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, instituições ligadas à memória por biblioteconomistas, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assuntos, tópicos ou temas (subject specialists).
- ❖ Amplo, que é referente à divisão social do trabalho mental, isto é, a organização de universidades e de outras instituições de pesquisa, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de conhecimento.
 - ❖ Nesta perspectiva ampla de Hjørland se inserem as estruturas dos planos estatísticos e, em ambas as perspectivas, se inserem as classificações que servem de infraestrutura para a finalidade estatística.

Aplicações possíveis da OC em estatísticas oficiais

- ❖ Organização de seu acervo de informações e/ou documentos (*bibliotecas tradicionais e digitais, organização de metadados ou da meta-informação, organização das bases de dados propriamente ditas*);
- ❖ O desenho de planos estatísticos (*a construção da Classificação de Informações Estatísticas, desenvolvida pelo IBGE, e o esforço do desenho de temas a investigar no âmbito do planejamento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares são exemplos relacionados a este desenho*);
- ❖ As classificações para a infraestrutura da produção, disseminação, análise e uso de informações estatísticas oficiais (*temáticas, espaciais e de categorizações de conceitos complexos, objetos do projeto aqui em debate*).

A dimensão aplicada em estatísticas oficiais

- ❖ A dimensão aplicada trata do estudo, desenho e aplicação dos Sistemas de Organização do Conhecimento, dos quais as classificações são exemplos.

- ❖ Souza (2012) explora elaborações concretas que apresentam duas propostas de classificação de áreas do conhecimento, uma adotada no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), no contexto do Manual Frascati sobre inovação, e outra elaborada e publicada pelo Australian Bureau of Statistics (ABS).
- ❖ A Classificação de Informações Estatísticas (CIE) desenvolvida pelo IBGE, com base na Classification of Statistical Activities (CSA) desenvolvida pela UNECE, é um exemplo de sistema de organização do conhecimento cujo objetivo é a representação dos temas e operações referentes à produção de informações estatísticas oficiais pelo IBGE.

A dimensão sociopolítica

- ❖ Sobre a dimensão social e política, os textos citados anteriormente, elaborados por Foucault (2002) e Pombo (2008) ... a influência da sociedade e das estruturas de poder que a integram nas escolhas feitas para propiciar a organização das coisas e saberes.
- ❖ Os critérios adotados para a definição de categorias atribuídas a determinado assunto possuem, também, impacto sobre o olhar que se desenvolve sobre o mundo.
- ❖ Vignaux (1999), lembra que os humanos estão divididos em ricos e pobres, feios, maus, bons, jovens, velhos, saudáveis, doentes.
 - ❖ Este autor alerta que segregar pode tornar legítima a hierarquia entre as pessoas e espécies. Cita eventos de extrema opressão ou violência na história da humanidade os quais resultam da divisão em categorias que, no entanto, escapa da motivação para classificar.
- ❖ Tal motivação se consitui em dividir para se compreender, ou seja, se divide sim, mas, para juntar em seguida na compreensão do todo. Neste sentido conclui:

(...) ao jogo da categorização, podemos tanto fecharmo-nos e “queimarmo-nos” como fortalecermo-nos e abrimo-nos para o mundo. O que conta é compreender como precisamos quotidianamente de categorizar e de que maneira isso pode ser perigoso. A fim de se libertar disso quando for oportuno e saber encontrar o Outro: o meu vizinho, o meu semelhante. (Vignaux, 1999, p. 103)

A dimensão sociopolítica e estatísticas oficiais

- ❖ Este impacto sócio-político também é apontado por Bourdieu (2008) que descreve a definição única para o agrupamento denominado família, então, adotada pelo instituto de estatística francês.
- ❖ Bourdieu (2008) aponta que esta classificação legitima um específico tipo de agrupamento familiar, invisibilizando outros, reconhecidamente presentes na sociedade.

- ❖ A definição dominante, legítima, da família normal (definição ao que pode ser explícita, como no direito, ou implícita, como, por exemplo, nos questionários do INED – Institut Nationale d’Etudes Demographiques – ou do INSEE dedicados à família), apóia-se em uma constelação de palavras – casa, unidade doméstica, house, home, household – que, sob a aparência de descrevê-la, de fato constroem a realidade social.

De acordo com essa definição, a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação). Alguns etnometodólogos chegam a dizer que o que aceitamos como realidade é uma ficção especialmente construída através do léxico que recebemos do mundo social para nomeá-la. (Bourdieu (2008), p.124)

- ❖ Ainda, nos planos estatísticos, nas classificações e nos critérios de categorização estão presentes as noções de visibilidade e invisibilidade, como forma de impacto sócio político inerente aos sistemas de organização do conhecimento.
- ❖ Alguns debates são recorrentes, como por exemplo, a abordagem de identidade de gênero nas estatísticas vis a vis a categorização de informações de acordo com a definição dos sexos biológicos (mulher e homem), isto é, segundo a abordagem heteronormativa tradicional. Este critério empresta invisibilidade, por exemplo, à inserção social dos indivíduos, segundo as diversas identidades de gênero presentes na sociedade. Última reunião do Expert Group e demanda de Austrália, Canadá e Nova Zelândia.

A dimensão sociopolítica: agendas estatísticas, classificações, visibilidade e invisibilidade

- ❖ Ainda, nas agendas estatísticas, nas classificações e nos critérios de categorização estão presentes as noções de visibilidade e invisibilidade, como forma de impacto sócio político inerente aos sistemas de organização do conhecimento.
- ❖ Alguns debates são recorrentes, como por exemplo, a abordagem de identidade de gênero nas estatísticas vis a vis a categorização de informações de acordo com a definição dos sexos biológicos (mulher e homem), isto é, segundo a abordagem heteronormativa tradicional.
- ❖ Este critério empresta invisibilidade, por exemplo, à inserção social dos indivíduos, segundo as diversas identidades de gênero presentes na sociedade. Última reunião do Expert Group e demanda de Austrália, Canadá e Nova Zelândia.

Abertura e Parte I

Proposta de dinâmica com a turma

- ❖ Apresentar slides com interrupção para atividades que seguem:
- ❖ Debater a frase “O ato de classificar é inerente à existência humana.”

- ❖ Debate sobre a classificação de animais na enciclopédia chinesa. Atende aos objetivos do ato de classificar?
- ❖ Debater conceitos apresentados vis a vis a classificação de animais na enciclopédia chinesa.
- ❖ Pedir leitura dos capítulos do texto para discussão e resposta escrita para dois exercícios.
 - ❖ Indique três aplicações da OC no campo das estatísticas oficiais?
 - ❖ Você consegue identificar invisibilidade importante no campo das estatísticas oficiais ou no campo das classificações estatísticas no Brasil?

Respostas serão lidas e discutidas nos 30 minutos iniciais da segunda aula.

Parte II

Histórico dos fundamentos e o desenvolvimento por instâncias estatísticas da Organização das Nações Unidas

Classificações para fins estatísticos

Ano de definições importantes: 1999

- ❖ Ano em que foram elaborados preâmbulo e orientações sobre as classificações estatísticas.
- ❖ *A partir desse ano a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU), passa a estabelecer orientações gerais para o Expert Group on International Economic and Social Classifications, assim como para o acompanhamento contínuo das classificações pela Comissão foram estabelecidas.*
- ❖ A área de classificações da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU) ficou responsável por dar suporte à efetivação das recomendações da CENU e ao trabalho do *Expert Group*.

Classificações para fins estatísticos

Análise de recomendações e histórico

- ❖ Preâmbulo e orientações, elaborados em 1999
- ❖ Documento sobre boas práticas disponibilizado em 2012/3
- ❖ Relatórios anuais CENU no período 2000 a 2016.

O portal na internet da DENU – classificações também alimentou as observações aqui apresentadas. (Os documentos de 1999 citados e o texto sobre boas práticas encontram-se ali publicados)

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas – classificações, UN Classifications Registry

<http://unstats.un.org/unsd/class/default.asp>

O domínio das estatísticas sociais

Nações Unidas 39ª sessão da CENU

População, família e comunidade
Trabalho
Educação e treinamento
Saúde
Recursos econômicos
Cultura e lazer
Habitação
Crime e justiça
(segundo os diversos grupos populacionais e com ampla cobertura geográfica)

Classificação de Informações Estatísticas (IBGE)

População
Trabalho
Educação
Saúde
Rendimento
Despesa e Consumo
Proteção Social
Habitação
Justiça e Segurança
Administração Pública
Participação Político-Social
Uso do Tempo

Classificações para fins estatísticos

O preâmbulo

- ❖ Apresenta a Família Internacional de Classificações
- ❖ Definem-se três tipos de classificações:
 - ❖ Referência
 - ❖ Derivadas
 - ❖ Relacionadas

Os esforços de harmonização são estimulados no que diz respeito a classificações, com a finalidade de reduzir a existência das classificações do tipo relacionadas.

- ❖ Manutenção, atualização e revisão das classificações, ações que constituem o que se denomina como custódia.

Custódia das classificações

Reconhecer que as classificações fazem parte de sistema dinâmico, o que requer cooperação e comunicação regular entre outras instituições que detêm custódias

Registro da classificação no inventário de classificações da DENU

Explicitação das relações entre as estruturas de classificação de referência e a das derivadas

Aprimoramento das correspondências entre classificações de referência e as relacionadas, em nível nacional.

Mudança em determinada classificação deve ser sempre avaliada, sob o ponto de vista do impacto que dela deriva

Revisões e atualizações devem ser coordenadas, planejadas, datas que atendam a todos os envolvidos

Transparência nas ações referentes às classificações

Manutenção de tabelas de correspondência entre classificações de referência e derivadas

Orientações para a codificação, uso, coleta

Inventário da Família Internacional de Classificações - (1999 – Expert Group)

Emprego, Ocupação e Educação

Classificação Internacional de Posição na Ocupação (*International Classification of Status in Employment – ICSE*)

Classificação Internacional de Ocupações (*International Standard Classification of Occupations - ISCO*)

Classificação Internacional de Educação (*International Standard Classification of Education - ISCED*)

Social e Saúde

Classificação Internacional de Doenças (*International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD*)

Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e restrições físicas (*International Classification of Impairments, Disabilities and Handcaps – ICIDH*)

Outras

Classificação de atividades em pesquisas de uso do tempo (*International Classification of Activities on Time Use Surveys - ICATUS*)

Fonte: DENU, Classificações.

“Princípios fundamentais” e classificações para fins estatísticos... lembrando

- ❖ O desenvolvimento, manutenção e utilização das Classificações para fins estatísticos integram a infraestrutura da produção de informações estatísticas oficiais e se associam de forma mais direta com os princípios referentes:
 - ❖ à precisão, com a adoção de padrões estatísticos sólido;
 - ❖ à coordenação entre produtores nacionais de bases de dados com potencial de uso estatístico e;
 - ❖ à comparabilidade nacional e internacional das estatísticas produzidas e publicadas.

As boas práticas no processo de produção e uso das informações estatísticas oficiais tomam como referência os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, aprovados em 1994 pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) e ratificados em 2013. No ano seguinte foram, também, objeto de adesão pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Seguem “princípios básicos em classificações para fins estatísticos”.

“Standard Statistical Classifications - Basic Principles (1999)”, foi discutido na 30ª Sessão da CENU

- ❖ No documento se definem as classificações

“As classificações agrupam e organizam informações compreensiva e sistematicamente, segundo um padrão que é de utilidade para a identificação de similaridades de ideias, eventos, objetos ou pessoas.” (tradução livre da definição apresentada)

- ❖ Contém o registro de que a preparação da classificação implica
 - ❖ a criação de um conjunto de categorias exaustivo e estruturado
 - ❖ subconjuntos são mutuamente exclusivos
 - ❖ categorias bem descritas e apresentadas como uma hierarquia que é refletida em códigos alfabéticos ou numéricos a elas atribuídos.

Princípios estabelecidos para as classificações estatísticas

- ❖ Identificação clara de:
 - ❖ objetivos;
 - ❖ agência responsável pela classificação;
 - ❖ cronograma de atividades relativo à melhorias ou revisões.
 - ❖ Estrutura bem definida e a descrição da lista completa de categorias da estrutura da classificação.
- ❖ Instruções ou orientações para uso, coleta de dados, análise da classificação, desenvolvimento de nova classificação e aprimoramento das existentes.

- ❖ Papel das classificações na harmonização de estatísticas exige classificações sejam bem definidas ou estabelecidas segundo critérios consistentes.
- ❖ A harmonização das classificações propriamente ditas requer o permanente contato entre os responsáveis pelas classificações.

Considerações no desenvolvimento de uma classificação

- ❖ Identificação dos usuários da classificação e da forma como vão utilizá-la ou das estatísticas que dela se servem;
- ❖ Identificação dos diferentes usos que diferentes usuários atribuem à classificação, para se buscar o equilíbrio no atendimento aos requisitos dos vários usuários;
- ❖ Identificar, elementos de natureza conceitual referentes às variáveis da pesquisa que se pretende classificar e às unidades estatísticas às quais se atribuem as variáveis classificadas;
- ❖ Estabelecimento de regras de relacionamento entre diferentes classificações quando pertinente. Por exemplo, estabelecer ligações entre a classificação de ocupações (descrição de tarefas de uma pessoa), com classificações que tratam níveis educacionais pode ser de interesse.

Considerações para a construção de uma classificação

- ❖ Na construção de uma classificação, o levantamento de informações e a atuação de especialistas sobre a variável a codificar é requerida.
 - ❖ Por exemplo, antes de “classificar ocupações é necessário mapear todas as descrições de tarefas possíveis.
- ❖ O papel dos especialistas é fundamental para assegurar a exaustividade de tal levantamento e para a identificação de critérios de identificação de similaridades que determinarão a estrutura da classificação.
- ❖ Tais critérios devem permitir a localização de categorias relevantes de forma unívoca e separada.
- ❖ A documentação dos critérios adotados é fundamental para a classificação dos itens, assim como para a manutenção e a revisão da classificação.
- ❖ As notas explicativas têm por objetivo delimitar cada categoria da estrutura classificatória, a partir da descrição do que contém ou, de outro modo, da lista de elementos que inclui ou exclui.
 - ❖ Simplicidade e clareza na linguagem são requeridas.

Manual de Boas Práticas para o Desenvolvimento de Classificações Estatísticas Internacionais (2013)

- ❖ O objetivo do documento, que resultou da reunião do Expert Group on International Statistical Classifications que se realizou em New York em maio de 2013, foi prover orientações sobre boas práticas no desenvolvimento, aplicação, manutenção e revisão de Classificações Estatísticas Internacionais.

- ❖ Trata-se da atualização de aspectos dos documentos anteriormente comentados. Estes últimos seguem atuais e, em particular, o segundo dentre eles, que é mais extenso. Documentos de 1999 e 2013 são ditos complementares.

Uma definição de Classificação Estatística

“Uma classificação estatística corresponde a um conjunto de categorias discretas, que podem ser atribuídas a variável específica obtida através de censos, pesquisas por amostragem ou registros administrativos. A classificação é usada na produção e apresentação de estatísticas.”

A definição foi endossada pela CENU para uso pelas agências nacionais de estatística.

Comparabilidade internacional e mandato do Expert Group

- ❖ *O objetivo é prover grau razoável de comparabilidade entre as estatísticas de diferentes países e o desenvolvimento de classificações nacionais consistentes para as mesmas variáveis e/ou características, objetos das classificações internacionais.*
- ❖ *Destaca-se que as classificações estatísticas propiciam a simplificação do mundo real e servem a gestores de políticas específicas.*
- ❖ *Mandato do Expert Group on International Statistical Classifications atribuído pela CENU, com vistas a coordenação do trabalho internacional sobre as classificações estatísticas.*

Os 10 princípios das classificações internacionais

- ❖ Detentores da custódia
- ❖ Base conceitual sólida
- ❖ Estrutura da classificação
- ❖ Caracterização dos tipos de classificação em de referência, derivadas e relacionadas
- ❖ Categorias de mesmo nível na estrutura mutuamente exclusivas
- ❖ Exaustividade
- ❖ Balanceamento, com ressalva a que não pode superar a representação lógica das possibilidades da variável
- ❖ Viabilidade estatística
- ❖ Unidades de classificação e unidades estatísticas bem definidas. (Exemplo de unidade de classificação: programas educacionais. Unidade estatística: são pessoas que informam ter frequentado ou frequentar os programas categorizados)
- ❖ Comparabilidade temporal (inclusive em situação de nova versão de uma mesma classificação, através de tabelas de correspondência entre as versões anterior e atual)

Panorama das sessões da CENU no período desde 2000 até 2016: classificações para fins de estatísticas sociais

- ❖ Análise documental dos relatórios apresentados à comissão.

- ❖ Destacam-se as classificações específicas abordadas, avançando em maiores detalhes no caso de classificações associadas a temas sociais.
- ❖ As questões mais gerais colocadas à apreciação da comissão são incluídas quando pertinentes para percepção de contexto.
- ❖ Quadro 2 o Texto para Discussão “Classificações Estatísticas para fins de estatísticas sociais”.

Parte II

Proposta de dinâmica com a turma

- ❖ Apresentar slides com interrupção para atividades que seguem:
 - ❖ Abrir portal de classificações da DENU.
 - ❖ Abrir portal da UN, com “Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais” e debater sobre outros princípios, além dos citados, vinculados às classificações.
 - ❖ Abrir texto para discussão e solicitar leitura e comentários.
 - ❖ Acompanhar, como exemplos, a evolução dos debates na CENU da classificação de ocupações e da classificação de atividades de uso do tempo.

Parte III

Classificações da Família Internacional e outras para fins de estatísticas sociais: características gerais e os estados da arte

Estruturas das diferentes classificações: apresentação e comentários

Grupos principais: ISCO 2008

(ILO, CIUO)

- 1 Managers
- 2 Professionals
- 3 Technicians and Associate Professionals
- 4 Clerical Support Workers
- 5 Services and Sales Workers
- 6 Skilled Agricultural, Forestry and Fishery Workers
- 7 Craft and Related Trades Workers
- 8 Plant and Machine Operators and Assemblers
- 9 Elementary Occupations
- 0 Armed Forces Occupations

Níveis da ISCED P e A e grandes categorias da ISCED F

Níveis da ISCEP-P e ISCED-A

- Educação infantil e inclui alfabetização
- Educação primária
- Educação secundária primeira etapa

Educação secundária segunda etapa
Educação pós-secundária não terciária
Educação terciária de curta duração
Bacharelado ou nível equivalente
Mestrado ou nível equivalente
Doutorado ou nível equivalente

Grandes categorias da ISCED-F

Programas e qualificações genéricas

Educação
Artes e humanidades
Ciências sociais, jornalismo e informação
Negócios, administração e leis
Ciências Naturais, matemática e estatística
Tecnologia da Informação e Comunicação
Engenharia, indústria e construção
Agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura e veterinária
Saúde, cuidados e bem-estar de terceiros
Serviços (Serviços domésticos, de beleza, hotelaria, alimentação, esportes, turismo, viagens, lazer, serviços de saneamento, saúde ocupacional e segurança)

Fonte: UNESCO, tradução livre.

ICSS - categorias principais

Acts leading to death or intending to cause death
Acts leading to harm or intending to cause harm to the person
Injurious acts of a sexual nature
Acts against property involving violence or threat against a person
Acts against property only
Acts involving controlled psycho-active substances or other drugs
Acts involving fraud, deception or corruption
Acts against public order, authority, and provisions of the State
Acts against public safety and state security
Acts against the natural environment
Other criminal acts not elsewhere classified

Fonte: UNODC.

Divisões principais da ICATUS-2016

Employment and related activities
Production of goods for own final use
Provision of services for own final use
Unpaid caregiving services for household members and related activities
Volunteer work and other unpaid work activities
Learning
Socializing, community participation and religious practice
Culture, leisure and sports practices
Self-care and maintenance

Fonte: DENU, Classificações

Outras classificações para fins de estatísticas sociais

- ❖ Classificação Internacional de Doenças (International Classification of Diseases, ICD)
- ❖ Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e restrições físicas (International Classification of Impairments, Disabilities and Handcaps – ICIDH).

Outras classificações

- ❖ **Sexo;**
- ❖ ***Cor ou raça;***
- ❖ **Religião;**
- ❖ ***Espaços territoriais.***

Sexo

- ❖ Um novo debate se coloca no Expert Group, a questão de diferentes identidades de gênero
- ❖ O princípio da exaustividade é questionado

Cor ou raça

- ❖ Princípio classificatório é questionado
- ❖ Cor ou raça vs etnia: debate conceitual e sociopolítico complexo

Parte III

Proposta de dinâmica com a turma

- ❖ Escolher uma das estruturas classificatórias apresentadas e solicitar comentários da turma sobre o critério norteador da definição das categoria, exaustividade e caráter mutuamente exclusivo das categorias apresentadas.
- ❖ Dividir a turma em 4 grupos para que leiam o TD e comentem “estado arte no Brasil” de cada uma das classificações acima. Cada grupo lê e comenta uma das classificações citadas.
- ❖ Solicitar respostas individuais sobre o entendimento apreendido a respeito dos questionamentos levantados sobre as classificações de sexo e de cor ou raça.

AGRADECIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES

Agradecimentos Andrea Bastos Guimarães e a Francisco de Souza Marta pelo apoio a este projeto, ademais das sugestões apresentadas. Adicionalmente, reações e comentários de integrantes da equipe da COCAD foram úteis para a elaboração da presente versão do texto.

Uma parte importante da compilação e análise documental apresentada no presente texto teve por base conteúdos produzidos no contexto de estudos, debates e de implementação das diferentes classificações para fins de estatísticas sociais. Assim, cumpre atribuir crédito aos técnicos da Diretoria de Pesquisas citados a, segundo as respectivas coordenações em que estão lotados. Naturalmente, a responsabilidade por erros ou omissões é integralmente da autora.

Coordenação de Cadastro e Classificações

Francisco de Souza Marta (Coordenador)
Breno Augusto Campolina Barbosa (Gerente de Classificações)
Daniel de Almeida
Eliseu Marques Ferreira de Oliveira
Frederico Cavadas Barcellos
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho
Pedro Paes Martins de Albuquerque
Sidneia Reis Cardoso

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis (Coordenadora)
Samuel Cruz dos Santos

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo e Cristiane Moutinho (Coordenadoras)
André Geraldo de Moraes Simões
Betina Fresneda
Caroline Santos
João Hallak Neto
Luanda Chaves Botelho
Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira
Leonardo Queiroz Athias

Coordenação de Trabalho e Rendimentos

Cimar Azeredo Pereira (Coordenador)
Adriana Araújo Beringuy
Antony Teixeira Firmino
Marina Ferreira Fortes Água
Vandeli dos Santos Guerra (consultora)

Coordenação Técnica do Censo Demográfico

Luciano Tavares Duarte (Coordenador)
Marta de Oliveira Antunes
Luís Felipe Walter Barros

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial

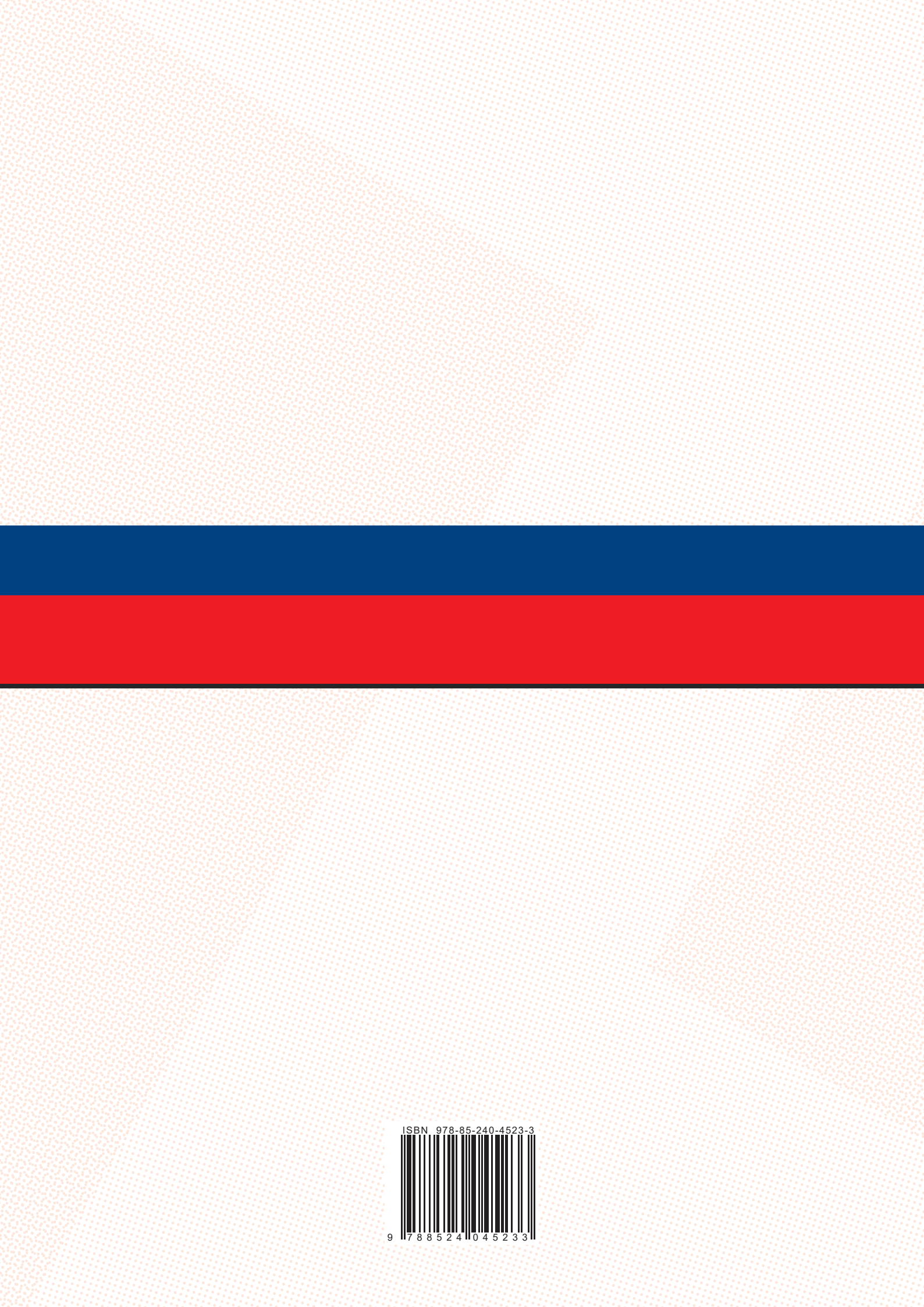


/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



ISBN 978-85-240-4523-3



9 788524 045233